

**ANDRESSA DE OLIVEIRA CARDOSO
LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL E SUA INTERFERÊNCIA NA GESTÃO
DAS EMPRESAS:
UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE COM EMPRESÁRIAS DE
CASCAVEL/PR**

CASCAVEL

2024

**ANDRESSA DE OLIVEIRA CARDOSO
LETÍCIA RODRIGUES DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL E SUA INTERFERÊNCIA NA GESTÃO
DAS EMPRESAS:
UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE COM EMPRESÁRIAS DE
CASCAVEL/PR**

Projeto de Pesquisa registrado na Coordenação de Pesquisa e Extensão - COOPEX como requisito parcial para aprovação na Disciplina de TCC 1, do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário FAG.

Prof^a. Orientadora: CÁSSIA GIROTTTO

CASCAVEL

2024

**ANDRESSA DE OLIVEIRA CARDOSO
LETICIA RODRIGUES DA SILVA**

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL E SUA INTERFERÊNCIA NA GESTÃO
DAS EMPRESAS:**

**UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE COM EMPRESÁRIAS DE
CASCAVEL/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Ciências Contábeis, do Centro Universitário Assis Gurgacz, exigido como requisito parcial para obtenção de grau, sob orientação da Prof. Cássia Girotto, tendo sido

_____ com a nota _____, na data de ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Cássia Girotto
Centro Universitário FAG
Professora

Nome do(a) Professor(a) Avaliador(a)
Nome da Instituição
Titulação

Nome do(a) Professor(a) Avaliador(a)
Nome da Instituição
Titulação

Cascavel/PR, ____ de _____ de 2024.

RESUMO

O artigo investiga a interferência da educação financeira pessoal na gestão das empresas: um estudo sob a ótica do Princípio da Entidade com empresárias de Cascavel/PR. Este princípio, que recomenda a separação entre finanças pessoais e empresariais, é necessário para uma contabilidade precisa e para o estabelecimento de decisões mais estratégicas. A pesquisa tem uma abordagem quantitativa, com sua metodologia fundamentada em pesquisa descritiva. A coleta de dados ocorreu no mês de agosto e setembro de 2024, utilizando um questionário para ser respondido por 52 empreendedoras, por meio do *Google Formulários*. As análises foram realizadas por meio do *software Excel*, com as quais foram apuradas as estatísticas descritivas, sendo elas: Frequência, Média, Moda e Desvio Padrão. As estatísticas foram então utilizadas para caracterizar o perfil das respondentes, analisar o controle financeiro que as empresárias têm sobre suas finanças pessoais, identificar o comportamento relacionado às finanças da empresa, pró-labore, retirada de lucros e comparar o comportamento financeiro pessoal com as práticas financeiras nas empresas. Observou-se que muitas empresárias enfrentam desafios na gestão financeira devido à falta de educação financeira formal, o que leva à confusão entre contas pessoais e empresariais, impactando negativamente a sustentabilidade e o crescimento dos negócios. O estudo destaca a importância da educação financeira para alcançar eficácia na separação de fundos e no planejamento financeiro. A adoção rigorosa do Princípio da Entidade melhora a confiabilidade das informações financeiras e fortalece a transparência empresarial, o que facilita o acesso a recursos e aumenta a credibilidade no mercado.

Palavras-chave: Educação Financeira; Princípio da Entidade; Empreendedorismo Feminino.

ABSTRACT

This article investigates the impact of personal financial education on business management: a study under the Entity Principle with female entrepreneurs from Cascavel/PR. This principle, that recommends the separation of personal and business finances, is essential for accurate accounting and for the establishment of more strategic decisions. The research adopts a quantitative approach, and its methodology is based on descriptive research. The data collection happened in August and September of 2024, using a questionnaire to be answered by 52 female entrepreneurs, via *Goggle Forms*. The analyzes were carried out in the software *Excel* where descriptive statistics were calculated, such as: Frequency, Mean, Mode and Standard Deviation. The statistics were then used to categorize the profile of the respondents, analyze the financial control that the entrepreneurs have about their personal finances, identify the behavior related to the company's finances, pro-labore, withdrawal of profits and to compare the personal financial behavior with the financial practices of the company. It was observed that many entrepreneurs face challenges in their financial management due to the lack of formal financial education, which leads to confusion between personal and business accounts, negatively impacting the sustainability and the business growth. The study highlights the importance of financial education to achieve effectiveness in the separation of funds and financial planning. The rigorous adoption of the Entity Principle helps the reliability of financial information and strengthens the business transparency, which helps the access to resources and increases credibility in the market.

Key-words: Financial Education; Entity Principle; Female Entrepreneurship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Inadimplência no Brasil (principais dívidas por segmento)	11
Figura 2 – Inadimplência no Brasil (perfil dos inadimplentes)	12
Tabela 1 – Vieses do Investidor.....	14
Tabela 2 – Vieses do Pougador.....	15
Tabela 3 – Vieses do Consumidor.....	16
Quadro 1 – Estudos Anteriores.....	23
Quadro 2 – Constructo Quantitativo.....	25
Figura 3 – Interferência da Educação Financeira Pessoal na Gestão das Empresas Sob a Ótica do Princípio da Entidade com empresárias de Cascavel/PR.....	26
Quadro 3 – Perfil das Respondentes.....	28
Figura 4 – Influência da Educação Financeira na gestão das empresas.....	30
Quadro 4 – Definição de Pró-labore e Retirada de Lucros.....	31
Figura 5 – Conformidade com o Princípio da Entidade.....	32
Figura 6 – Política formal documentada em conformidade com o Princípio da Entidade.....	33

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1 ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	10
2.1.1 Comportamento e conhecimento financeiro.....	13
2.1.2 Atitude financeira.....	17
2.2 EMPREENDEDORISMO FEMININO.....	17
2.2.1 Cenário do empreendedorismo feminino no Brasil.....	18
2.2.2 Desafios enfrentados por mulheres empreendedoras no Brasil	19
2.2.3 Gestão financeira das empreendedoras nas empresas.....	20
2.3 PRINCÍPIO DA ENTIDADE.....	21
2.3.1 Vantagens e desafios no Princípio da Entidade nas organizações.....	21
2.3.2 Comportamento da Empreendedora e sua influência empresarial no contexto do Princípio da Entidade.....	22
2.4 ESTUDOS ANTERIORES.....	23
3 METODOLOGIA.....	25
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	28
4.1 PERFIL DAS RESPONDENTES.....	28
4.2 GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL.....	30
4.3 PRÓ-LABORE E LUCRO.....	31
4.4 PRINCÍPIO DA ENTIDADE.....	32
5 CONCLUSÃO.....	35
6 REFERÊNCIAS.....	37
7 ANEXOS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O Microempreendedor Individual (MEI) é uma modalidade de formalização para pequenos negócios, criada pelo governo brasileiro com o intuito de regularizar trabalhadores autônomos e pequenos empreendedores. Instituído pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008, o MEI visa simplificar o processo de abertura e manutenção de empresas de pequeno porte, incentivando a formalização desses empreendedores (COSTA *et al*, 2023).

O MEI tem contribuído significativamente para a formalização e regularização de pequenos negócios no Brasil, proporcionando benefícios como acesso a direitos previdenciários, facilidade na obtenção de crédito e redução da carga tributária. O impacto positivo do MEI na economia do país tem sido observado através do crescimento do empreendedorismo e da geração de empregos formais (ANSILIERO *et al.*, 2024).

As mulheres representam 45% do total de Microempreendedores Individuais (MEIs) no Brasil (SEBRAE, 2023). Já a nível do estado do Paraná, 557,5 mil são comandados por homens (55%) e 456,8 mil por mulheres (45%) (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2024).

Nos últimos anos, a Educação Financeira tem ganhado destaque na agenda política social de muitos países, sendo cada vez mais reconhecida. A Educação Financeira abrange não apenas o conhecimento de conceitos financeiros, mas também a consciência, as habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras adequadas e alcançar o bem-estar individual (SHANAVA e VANISHVILI, 2021).

Uma das observações empíricas mais significativas é a disparidade de gênero na Educação Financeira com relação à renda favorecendo os homens, ou seja, as mulheres apresentam um desempenho inferior em relação aos homens (KAISER e LUSARDI, 2024).

A inclusão financeira, que se refere à extensão em que as pessoas têm acesso a produtos financeiros úteis e acessíveis que atendem às suas necessidades financeiras, é um auxílio ao desenvolvimento econômico. Ter acesso a produtos financeiros em bancos e outras instituições físicas, ou exclusivamente digitais, pode contribuir para que os indivíduos economizem de maneira formal, obtenham empréstimos, realizem pagamentos e lidem com emergências financeiras. No entanto, é necessário que eles compreendam os riscos e custos associados a esses serviços para utilizá-los de forma eficaz. A fraude, o excesso de dívidas e a falta de entendimento dos termos das contas e das estruturas de taxas representam riscos significativos para os usuários que não possuem conhecimentos e Educação Financeira adequados (ANSAR *et al.*, 2023).

A falta da Educação Financeira para empresários, acarreta em tomadas de decisões menos eficazes e racionais, gerando confusão entre contas da pessoa física e jurídica, visto que alguns empresários não realizam a divisão de suas finanças pessoais perante as finanças empresariais (TAVARES *et al.*, 2023).

Diante da confusão financeira que é possível encontrar nas empresas, entende-se a necessidade de implementar o Princípio da Entidade, que reconhece o patrimônio como objeto da contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, ou seja, a necessidade de separar as contas físicas das jurídicas. O patrimônio, então, não se confunde com os de seus sócios ou proprietários, pois ele pertence a entidade, seja sociedade ou instituição (BRASIL, 1993).

A não observância desse princípio pode prejudicar a continuidade das empresas. Entretanto, conscientizar os empresários sobre essa separação é um desafio significativo para os contabilistas, especialmente em empresas familiares ou de pequeno porte, onde a administração muitas vezes se confunde com os bens pessoais do proprietário. Ao compreender e aplicar corretamente o Princípio da Entidade, as empresas podem manter uma contabilidade precisa e tomar decisões financeiras embasadas em informações confiáveis (BATISTA, 2023).

Tavares *et al.* (2023) e Gonçalves e Ponchio (2018) avaliaram o efeito do conhecimento financeiro e da orientação para o futuro no nível de segurança financeira pessoal e, adicionalmente, identificaram se o conhecimento financeiro é uma variável mediadora da relação entre orientação para o futuro e segurança financeira pessoal. Dias e Silva (2023) analisaram a execução da educação e gestão financeira nas MPEs. Schuster e Friedrich (2017) analisaram a importância da consultoria empresarial na gestão financeira das micro e pequenas empresas.

A partir dos assuntos mencionados e a lacuna de pesquisa sobre a educação financeira pessoal e como ela pode interferir na gestão das empresas sob a ótica do Princípio da Entidade, surge a lacuna do seguinte problema de pesquisa: *Qual a interferência da educação financeira pessoal na gestão das empresas sob a ótica do Princípio da Entidade com empresárias de Cascavel/PR?*

Para a solução do problema, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a interferência da educação financeira pessoal na gestão das empresas sob a ótica do Princípio da Entidade com empresárias de Cascavel/PR.

Para consecução deste objetivo geral, foram listadas algumas etapas: a) Caracterizar o perfil das respondentes; b) Analisar o controle financeiro que as empresárias têm sobre suas

finanças pessoais; c) Identificar o comportamento relacionado às finanças da empresa: pró-labore, retirada de lucros; d) Identificar a prática do Princípio da Entidade nas empresas.

O estudo se justifica, pois, visa contribuir com o fenômeno do patrimônio autônomo, isto é, separação de contas da pessoa física e jurídica, facilitando a descoberta verídica dos resultados da empresa, podendo contribuir na estruturação para uma educação financeira pessoal e empresarial.

Além disso, torna-se um diferencial para a gestão, gerando demonstrações contábeis com resultados melhores e facilitando a tomada de decisões, causando menos conflitos para entender os fluxos financeiros, de onde vem e para onde vão, ou seja, a destinação dos recursos.

Outro fator existente é que este estudo pode fornecer esclarecimentos para aprimorar os métodos de ensino e compreensão do Princípio da Entidade para acadêmicos, no seu desenvolvimento profissional e pessoal, com relação a educação financeira.

Este artigo está estruturado em cinco partes, após esta introdução, inicia-se o referencial teórico, na sequência os procedimentos metodológicos, seguido pela análise e discussão dos resultados e, por fim, as conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste tópico será abordado uma análise das pesquisas e debates realizados por outros autores sobre o tema que será explorado nesta pesquisa.

2.1 ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A alfabetização financeira é o conhecimento que o indivíduo tem de combinar consciência financeira, comportamentos e atitudes para obter resultados bons e chegar ao bem-estar financeiro pessoal (MATOS, 2024).

A educação financeira é a capacidade que o indivíduo tem de tomar decisões conscientes e inteligentes com relação à gestão de suas finanças. Com o auxílio dela, pode-se verificar se tal escolha é importante naquele momento ou não, sendo reflexo tanto a curto prazo quanto a longo prazo. Um exemplo a ser dado é, por muitas vezes, abrir mão de comprar algo que se deseja para poupar o dinheiro e ter um retorno mais vantajoso (AZEVEDO *et al.* 2023).

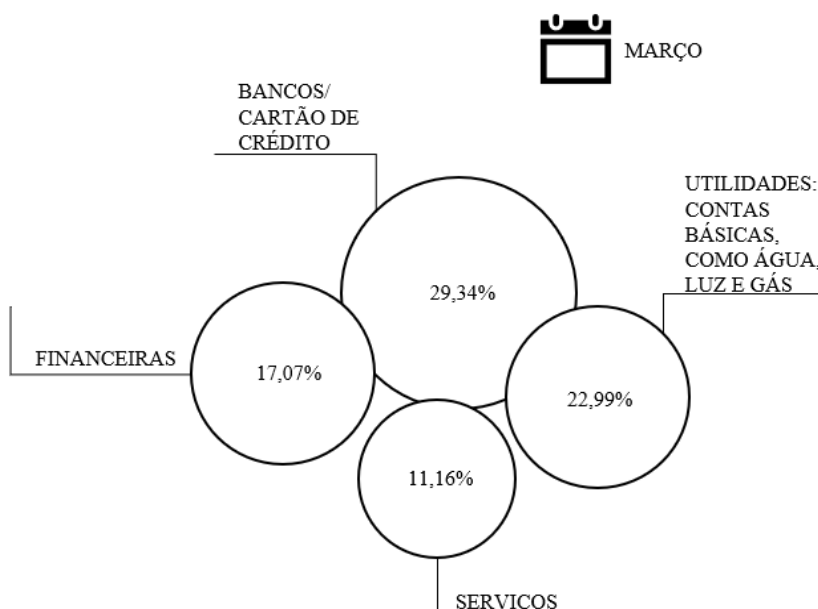
A implementação da educação financeira nas escolas tem sido um diferencial para as novas gerações, visto que, se a educação financeira vem desde a base de ensino fundamental, o indivíduo já compreende como organizar finanças, poupar, evitar o endividamento e os demais mecanismos educacionais que auxiliam na tomada de decisões para uma vida financeira mais estabilizada (ARAÚJO e SOBRINHO, 2024).

Possuir Educação Financeira reflete em planejamento como, por exemplo, para a conquista de um automóvel: o indivíduo pode separar e poupar 15% do salário mensal que será destinado a compra do automóvel, sendo assim, esse valor poupado pode ser investido até que o valor absoluto para a compra do veículo seja obtido. Assim, a Educação Financeira trata sobre planejar metas e ter a plena consciência e responsabilidade que algum percentual dos rendimentos ganhos precisa ser destinado ao resultado que se deseja alcançar (FEBRABAN EDUCAÇÃO, 2024).

O endividamento financeiro pode ser reflexo de diversos fatores, sejam psicológicos, familiares, sociais, falta de conhecimento, entre outros, podendo acarretar também na inadimplência. Além disso, o consumismo é um dos fatores que se pode destacar: a ação de consumir mais bens e serviços do que se pode pagar financeiramente, acarreta inadimplência (ASSIS, 2024; BORGES, P. *et al.*, 2024). Para evitar descontroles financeiros, o endividamento não deve ultrapassar 30% da renda total, assim, consegue-se evitar a inadimplência (CVM,

2018). O Serasa (2024) traz a inadimplência no Brasil, relatando as dívidas por segmentos, como constata no Figura 1:

Figura 1 – Inadimplência no Brasil (principais dívidas por segmento)

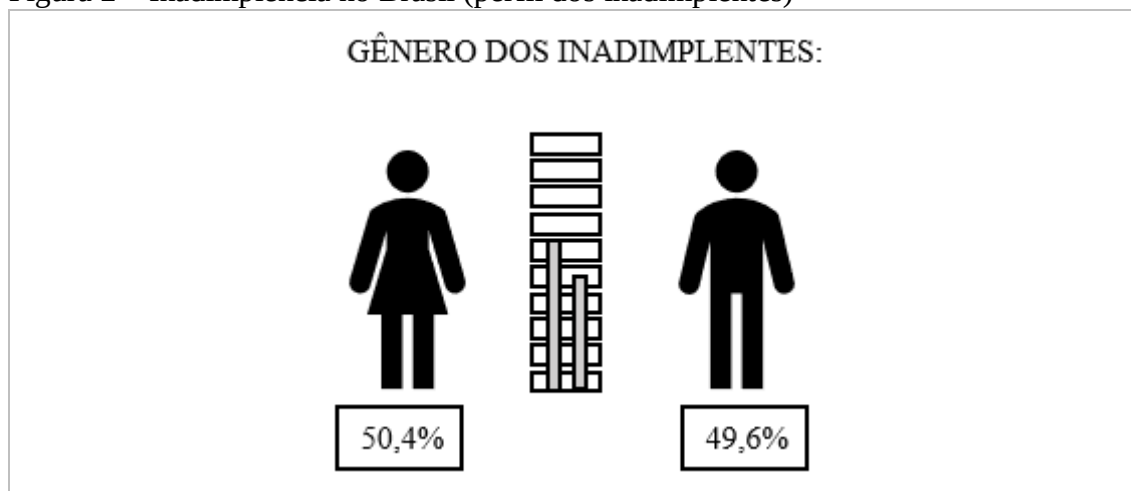


Fonte: Serasa (2024)

Verifica-se que os cartões de crédito carregam a maior proporção de inadimplência, visto que a compulsividade, o consumismo e demais fatores auxiliam a não se ter renda suficiente para cobrir as compras realizadas a curto ou longo prazo, ou seja, comprar mais do que ganha (COUTO *et al.*, 2024). As contas básicas como água, luz e gás estão na sequência das contas com maior proporção de inadimplência. Como são consideradas como itens voltados para atender as necessidades fisiológicas (hidratação e alimentação, por exemplo), de acordo com Maslow (1954), entende-se que são despesas fixas, e deveriam ter seus pagamentos priorizados, pois tratam de o mínimo necessário para o ser humano sobreviver.

Por fim, as menores inadimplências são as contas financeiras (17,07%), seguidas de serviços. Sabe-se que o serviço só é executado mediante pagamento no ato da contratação, já que são poucas as empresas que fornecem a opção de agendar pagamento, e assim também acontece com os serviços financeiros, quanto mais cedo são pagos, menor é o valor dos juros (PALERMO, 2023). O Serasa (2024) revela ainda um percentual feminino maior de inadimplência, de acordo com o Figura 2:

Figura 2 – Inadimplência no Brasil (perfil dos inadimplentes)



Fonte: Serasa (2024)

Observa-se que 50,4% dos inadimplentes no Brasil são mulheres e os outros 49,6% são os homens. Faz-se necessário considerar os fatores de características demográficas, circunstâncias econômicas, renda e contextualização familiar (como mulheres sendo mães solteiras). Além disso, o fenômeno conhecido como “taxa rosa” mostra que os produtos relacionados às mulheres tendem a ter preços mais elevados que os dos homens, sejam eles produtos de higiene pessoal até roupas e serviços (PEREIRA, 2022; RIVA, 2024).

De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Fecomércio do Paraná, os paranaenses foram os mais endividados do país em 2023, com a média anual de 94%. Porém, a taxa de inadimplência permanece em controle no estado. O coordenador de Desenvolvimento Empresarial da Fecomércio PR, Rodrigo Schmidt, afirma que não se deve confundir endividamento com inadimplência e destaca ainda que

Existem dívidas adimplentes e inadimplentes. A utilização do crédito através de compras parceladas contribui para o consumo das famílias. Mas a inadimplência é um problema para o comércio, consumidores e instituições que fornecem o crédito. Por mais que os paranaenses tenham recorrido bastante ao crédito em 2023, gerando endividamento, eles têm feito os pagamentos em dia (SCHMIDT, *apud* SANTIN, 2024).

À medida que o mercado financeiro e de consumo se atualiza e moderniza, a interferência que ele tem na vida pessoal e profissional e, consequentemente, a responsabilidade financeira gerada deve ser educada com cuidado, evitando a tomada de decisões que vão acarretar uma saúde financeira ruim (LIMA, 2024).

2.1.1 Comportamento e conhecimento financeiro

O comportamento financeiro feminino evidencia que as mulheres normalmente têm menos dinheiro guardado do que os homens. Isso se deve ao salário e ao tempo de trabalho normalmente menores, já que muitas dedicam-se ao cuidado do lar e da família, fazendo com que, consequentemente, o valor por elas guardado possa ser inferior também (PEREIRA, 2022).

Considera-se ainda que, entre tantas mulheres que enfrentam batalhas e desafios econômicos durante o cotidiano, tem-se ainda as mães solo que buscam educar seus filhos, suprimindo a ausência paterna e lidando com os gastos e necessidades da criança, que por muitas das vezes não recebe a pensão necessária do pai, sendo ainda considerado em algumas situações um valor menor que o mínimo para manter uma criança. Elas encaram o mercado de trabalho que raramente é compreensível com a situação de uma família monoparental e tendem a lutar contra as necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, vestimentas, lazeres e demais outras situações que envolvem gastos financeiros (RIVA, 2024).

A Teoria das Finanças Comportamentais busca entender e explorar as relações entre a economia e a psicologia. Ela parte da ideia de que nem toda a decisão financeira tomada é racional, como defendia a economia clássica. Uma das regras da organização financeira é gastar menos dinheiro do que se ganha e isso não se mostra uma atitude fácil para algumas pessoas, pelo fato de que tomam decisões a partir de suas emoções e de fatores cognitivos, culturais e sociais (REDAÇÃO BRASILPREV, 2022).

O Autor Daniel Kahneman em seu livro “Rápido e Devagar”, compreende a base do processo de tomada de decisão do cérebro humano estruturado de acordo com uma divisão de dois sistemas de pensamentos, o sistema 1 e o sistema 2. No sistema 1 é definido que o indivíduo toma a decisão de maneira mais rápida, intuitiva e emocional, já o sistema 2 seria o inverso, tomadas de decisões de maneira mais lenta, deliberativa e lógica. Ao final do livro, o autor afirma que a intenção não é ser fidedigno ao ponto de vista biológico, mas sim demonstrar uma forma simplificada da tomada de decisões financeiras ou não do ser humano.

O Autor em sua obra, traz alguns vieses cognitivos resultantes de atalhos criados na mente do indivíduo provenientes do sistema 1, que colaboram para a tomada de decisões equivocadas, operando pelas emoções e sentimentos (SATO, 2021). A Comissão de Valores Mobiliários (2022) relata estes vieses, conforme mencionados nas Tabelas 1, 2 e 3:

Tabela 1 – Vieses do Investidor

Viés do Investidor	Explicação	Exemplo
Ancoragem	A tendência de se fixar em uma informação inicial (ou “âncora”) ao tomar decisões, mesmo que essa informação não seja relevante para a situação atual.	Imagine que você está comprando um carro e o vendedor começa mostrando um modelo que custa R\$ 80.000. Mesmo que você saiba que o modelo que realmente deseja custa R\$ 60.000, a primeira informação (R\$ 80.000) pode fazer você achar que o preço do carro desejado é mais razoável ou até mesmo um bom negócio, influenciando sua percepção de valor.
Lacunas de Empatia	Este viés refere-se à dificuldade que as pessoas têm em entender ou se importar com as emoções e experiências dos outros. Em contextos de investimento, isso pode levar a decisões que não consideram adequadamente o impacto sobre outras partes envolvidas, resultando em uma falta de sensibilidade nas interações e negociações.	Durante uma reunião de negócios, um executivo toma uma decisão que reduz os custos cortando benefícios dos funcionários. Ele pode não considerar como essa decisão afetará a vida dos colaboradores, demonstrando uma falta de empatia em relação às suas necessidades e circunstâncias pessoais.
Autoconfiança Excessiva	A crença exagerada nas próprias habilidades de prever resultados ou avaliar riscos, levando a decisões arriscadas.	Um investidor que obteve bons retornos em suas primeiras operações pode começar a acreditar que possui habilidades excepcionais para prever o mercado. Essa autoconfiança excessiva pode levá-lo a assumir riscos maiores do que deveria, como investir em ações voláteis sem a devida análise.
Efeito de Enquadramento	Este viés descreve como a forma como uma informação é apresentada (ou “enquadrada”) pode influenciar as decisões das pessoas. Por exemplo, uma mesma situação pode ser percebida de maneira diferente se for apresentada como uma oportunidade de ganho ou como um risco de perda. O enquadramento positivo ou negativo pode afetar significativamente a escolha do investidor.	Imagine uma promoção em um produto onde é anunciado “90% dos nossos clientes estão satisfeitos com este produto” versus “10% dos nossos clientes não estão satisfeitos com este produto”. Apesar das duas afirmações serem essencialmente iguais em termos de conteúdo, a primeira é apresentada de maneira positiva e pode influenciar os consumidores a escolherem o produto, enquanto a segunda pode gerar hesitação.

Fonte: CVM (2015).

O viés da Ancoragem relata a tomada de decisão por impulso do investidor, já o viés da Lacuna de Empatia demonstra que a capacidade de compreender certas situações depende muito do estado emocional do indivíduo. A Autoconfiança Excessiva diz muito sobre o indivíduo acreditar em seus próprios conhecimentos, acreditando sempre em estar tomando a decisão certa e culpando os fatores externos quando o erro acontece; já o efeito de enquadramento revela a maneira como os problemas são expostos, seu enquadramento, e como isso pode afetar a tomada de decisão.

Tabela 2 – Vieses do Poupador

Viés do Poupador	Explicação	Exemplo
Falácia do planejamento	Refere-se à tendência das pessoas de subestimar o tempo e os recursos necessários para completar uma tarefa ou projeto. Isso acontece porque as pessoas muitas vezes se concentram em cenários ideais, ignorando possíveis obstáculos.	Imagine que você está planejando economizar para uma viagem. Você estima que precisará de R\$ 10.000 e acredita que conseguirá juntar essa quantia em um ano, economizando R\$ 800 por mês. No entanto, você não leva em conta despesas inesperadas, como reparos na casa ou emergências médicas, o que pode dificultar sua capacidade de economizar consistentemente. Como resultado, você pode acabar não alcançando sua meta no prazo previsto.
Viés do Crescimento Exponencial	Esse viés se relaciona à dificuldade que as pessoas têm em entender e apreciar o crescimento exponencial. Muitas vezes, elas subestimam o impacto dos juros compostos ou do crescimento acumulado ao longo do tempo.	Suponha que você comece a investir R\$ 1.000 em um fundo que rende 8% ao ano. Após 30 anos, com juros compostos, esse investimento pode crescer significativamente mais do que você imagina. Se você simplesmente pensar em um crescimento linear (por exemplo, R\$ 80 por ano), não perceberá que, na verdade, seu investimento se multiplicará várias vezes ao longo do tempo devido ao efeito dos juros compostos. Esse crescimento exponencial é frequentemente subestimado nas decisões financeiras.
Efeito Avestruz	O efeito avestruz é a tendência das pessoas de ignorar informações ou sinais de alerta que podem ser desconfortáveis ou alarmantes. Em vez de enfrentar a realidade, elas "enterram a cabeça na areia", como se um avestruz fizesse.	Um investidor pode perceber que suas ações estão perdendo valor, mas em vez de revisar sua carteira ou buscar soluções para minimizar as perdas, ele decide ignorar a situação na esperança de que o mercado se recupere sozinho. Essa abordagem pode levar a perdas maiores ao longo do tempo, pois os problemas não são abordados de maneira proativa.

Fonte: CVM (2016).

O viés da Falácia do planejamento demonstra a subestimação do tempo e obstáculos de uma ação: o poupador acredita que a tarefa é muito simples, ignorando imprevistos e a possibilidade de não cumprir determinada tarefa. O viés do Crescimento Exponencial revela a complexidade de calcular juros compostos, mostrando como poupadores podem calcular de forma equivocada, resultando em retorno bem abaixo da realidade, perdendo assim a vontade de poupa. Por último, o Efeito Avestruz ignora resultados ruins: o poupador possui medo de abrir os resultados, pois já tem o conhecimento do erro.

Tabela 3 – Vieses do Consumidor

Viés do Consumidor	Explicação	Exemplo
Efeito Adesão	Refere-se à tendência das pessoas de se manterem em um curso de ação ou decisão, mesmo quando as circunstâncias mudam ou quando alternativas melhores estão disponíveis. Isso pode ocorrer devido a fatores como a aversão à perda e o desejo de evitar a sensação de arrependimento.	Imagine que você assina um serviço de streaming por um ano e, após alguns meses, percebe que não está utilizando muito. Mesmo assim, você continua pagando pela assinatura porque não quer sentir que "perdeu" o dinheiro investido. Esse apego à decisão anterior pode levar a uma falta de reavaliação e a uma escolha subótima.
Heurística do Afeto	A heurística do afeto é um atalho mental que as pessoas usam para tomar decisões com base em suas emoções e sentimentos imediatos em vez de uma análise lógica e racional. As emoções podem influenciar a percepção de riscos e benefícios.	Suponha que você esteja considerando comprar um carro novo. Se você tem uma forte conexão emocional com uma marca específica (talvez porque seu pai sempre dirigiu carros dessa marca), você pode ignorar análises objetivas sobre eficiência de combustível ou custo de manutenção, simplesmente porque se sente bem ao pensar nessa marca. Esse apego emocional pode levar a decisões que não são as mais racionais.
Viés da Atribuição	Refere-se à tendência das pessoas de atribuir causas a comportamentos ou eventos com base em suas próprias crenças ou experiências pessoais, muitas vezes ignorando fatores externos. Isso pode incluir a tendência de atribuir sucessos a habilidades pessoais e falhas a circunstâncias externas.	Imagine que você trabalha em equipe em um projeto e o resultado é um sucesso. Você pode atribuir esse sucesso ao seu próprio esforço e habilidades, enquanto ignora as contribuições significativas dos outros membros da equipe ou fatores externos que facilitaram o sucesso. Por outro lado, se o projeto falhar, você pode culpar os outros ou as circunstâncias externas sem considerar suas próprias falhas no processo.

Fonte: CVM (2017).

O viés do Efeito de Adesão é sinônimo do "comportamento de manada", o consumidor acredita ser a melhor decisão apenas pela justificativa de que um grande grupo está seguindo o mesmo caminho de escolha. A Heurística do Afeto é um atalho onde o consumidor deixa se levar pelas emoções e o seu inconsciente em vez de tomar decisões de forma racional, enquanto o viés da Atribuição é um conjunto de vieses que explicam os erros que o indivíduo comete ao procurar justificativas para o ocorrido.

Com base nesses vieses apresentados, pode-se compreender o quanto o ser humano é suscetível a interferências emocionais, sugestões de terceiros ou a fatores ambientais e culturais. Os vieses também trazem uma explicação sobre porque o indivíduo não faz aquilo que deveria ser feito, mesmo sabendo aquilo que precisa fazer. Sendo assim, as decisões muitas vezes não serão racionais como deveriam, por isso que informação e conhecimento técnico não são suficientes sem considerar o comportamento do indivíduo.

2.1.2 Atitude financeira

A atitude financeira são as percepções e o comportamento de uma pessoa em relação ao dinheiro e à gestão de suas finanças pessoais. Abrange a forma como alguém aborda a economia, o investimento, o gasto e o planejamento financeiro, influenciando diretamente suas decisões financeiras. Uma atitude financeira pode ser positiva, caracterizando-se por uma abordagem proativa, bem-informada e disciplinada em relação à gestão financeira, ou negativa, refletida por hábitos de consumo impulsivo, falta de planejamento e decisões financeiras mal-informadas (CARDOSO, 2018).

A importância da atitude financeira é evidenciada pela sua relação com diversos indicadores de saúde financeira, bem como pelo seu impacto sobre o estresse financeiro e a satisfação geral com a vida. A educação financeira e intervenções voltadas para a mudança de atitude podem resultar em melhorias significativas no comportamento financeiro e nos resultados financeiros (SCHMITZ *et al.*, 2021).

Portanto, compreender e promover uma atitude financeira saudável é fundamental não apenas para indivíduos, mas também para instituições financeiras, governos e organizações interessadas no bem-estar econômico e social. Investir em programas de educação financeira e estratégias para melhorar a literacia financeira podem contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais resiliente e financeiramente inclusiva (FERREIRA, 2017).

Nesse sentido, observa-se que atitude financeira é colocar em prática o conhecimento, e as informações de educação financeira, pois, apenas conhecer, saber alguma informação não garante a execução da mesma, visto que as decisões são tomadas por pessoas, por isso atitude e comportamento financeiros são tão importantes (FERREIRA, 2015).

2.2 EMPREENDEDORISMO FEMININO

Inicialmente, o empreendedorismo era predominantemente associado aos homens, limitando o papel das mulheres ao âmbito doméstico. Foi somente durante o século XX, especialmente durante as Guerras Mundiais, que as mulheres começaram a adentrar os espaços empresariais, devido à necessidade de substituição da mão de obra masculina que fora convocada para o serviço militar (SILVA, 2019).

No entanto, mesmo após o término dos conflitos, as mulheres ainda enfrentaram obstáculos significativos para alcançar igualdade de oportunidades no mundo dos negócios. No Brasil, somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, as mulheres foram

oficialmente amparadas por lei para terem as mesmas condições de trabalho e salário dos homens. Isso representou um avanço significativo na luta pela igualdade de gênero no ambiente empresarial (TEIXEIRA *et al.*, 2021).

Atualmente, o empreendedorismo liderado por mulheres engloba uma ampla gama de atuações, desde pequenos negócios locais até startups de tecnologia avançada, incluindo também esforços voltados para mudança social e inovação disruptiva. Reconhecer e apoiar as mulheres empreendedoras é fundamental para promover a diversidade, a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável (SILVEIRA; GOUVÊA, 2008).

Portanto, ao considerar o empreendedorismo feminino, é essencial refletir sobre as emoções que são moldadas por fatores como a trajetória de vida, a origem cultural e social. As empreendedoras enfrentam desafios em um ambiente empresarial predominantemente masculino e machista, além de lidarem frequentemente com os múltiplos papéis que desempenham na sociedade (OLIVEIRA, 2021).

Ao longo do tempo alguns valores familiares e o mercado de trabalho mudaram, e essas mudanças fizeram com que fosse necessário a mulher trabalhar para ajudar o homem no sustento da casa, e, como resultado, o empreendedorismo feminino aumentou. As empreendedoras então vêm tentando quebrar as barreiras que lhes causam dificuldades pelo simples fato de serem mulheres, por conta de estereótipos socialmente construídos (TEIXEIRA; BOMFIM, 2016).

Essas tendências refletem não apenas uma mudança na participação das mulheres no mundo dos negócios, mas também uma evolução na percepção social do papel da mulher na sociedade e no mercado de trabalho. No entanto, apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados para garantir a plena igualdade de oportunidades para as mulheres empreendedoras (BOLSON; OLIVEIRA; VALE, 2018).

O empreendedorismo feminino é uma força transformadora que está moldando o futuro da economia global. Reconhecer e apoiar as mulheres empreendedoras é fundamental para promover a diversidade, a inovação e o desenvolvimento econômico sustentável. Superar os desafios e criar um ambiente onde as mulheres tenham a oportunidade de prosperar como empreendedoras (FERREIRA, 2017).

2.2.1 Cenário do empreendedorismo feminino no Brasil

Certamente, apesar dos avanços na integração das mulheres em diversas esferas da sociedade, o contexto do empreendedorismo ainda se mostra desafiador para elas. No entanto,

seus empreendimentos enfrentam obstáculos como menor faturamento, falta de inovação, lucros reduzidos, pouca diversificação e dificuldades na expansão internacional. Adicionalmente, as mulheres empreendedoras se deparam com taxas de juros mais elevadas (SEBRAE, 2024).

Esses indicadores posicionam o Brasil em uma situação desafiadora, ocupando a 60ª posição no *ranking* global de empreendedorismo feminino entre 77 países, conforme aponta o relatório do *Global Ecosystem Dynamics Investigation* (GEDI) de 2015. Assim, torna-se evidente a urgência de incentivar e fortalecer os empreendimentos liderados por mulheres, não apenas visando impulsionar o crescimento econômico, mas também para promover o desenvolvimento feminino e, conseqüentemente, contribuir para o crescimento integral da sociedade (SEBRAE, 2024).

Segundo os dados da pesquisa Empreendedorismo Feminino 2022, conduzida pelo Sebrae com dados do IBGE, o número de mulheres empreendedoras no Brasil atingiu um marco histórico, totalizando 10,3 milhões. Esse dado representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores desde que o levantamento começou a ser realizado em 2016 (ASN NACIONAL, 2023).

As mulheres representam 34,4% do total de proprietários de negócios no país, aproximando-se do recorde anterior de 34,8% registrado em 2019. Esse aumento na participação feminina no empreendedorismo é parte de um movimento mais amplo que elevou o número total de proprietários de negócios no Brasil para além dos 30 milhões, o maior registrado na série histórica (SILVA *et al.*, 2018).

Apesar desses avanços, persiste o desafio da predominância de empreendimentos operados de forma individual pelas mulheres, com 9 em cada 10 empreendedoras tocando seus negócios de forma solitária. Isso ressalta a importância de políticas e programas que visem fortalecer o ecossistema empreendedor feminino, oferecendo suporte adequado para o crescimento e a expansão dos negócios liderados por mulheres, promovendo assim maior inclusão e desenvolvimento econômico (CINEGLAGLIA *et al.*, 2021).

2.2.2 Desafios enfrentados por mulheres empreendedoras no Brasil

O empreendedorismo feminino no Brasil enfrenta uma série de obstáculos que têm um impacto significativo na jornada das mulheres empresárias e na condução de seus negócios. Uma das barreiras mais significativas é a disparidade no apoio dos parceiros. De acordo com a pesquisa do SEBRAE (2024), apenas 61% das mulheres recebem o apoio necessário de seus

parceiros, em comparação com 68% dos homens. Além disso, a maternidade desempenha um papel na decisão de empreender para a maioria das mulheres, com 68% delas relatando que a maternidade teve um papel determinante nesse processo.

Além disso, a discriminação de gênero ainda é uma realidade para muitas empreendedoras, com 25% delas relatando ter enfrentado preconceito em suas atividades empresariais (TEIXEIRA e BOMFIM, 2016).

A desigualdade social e salarial também é um desafio enfrentado pelas empreendedoras, 49% das mulheres recebem até um salário-mínimo, enquanto os homens nessa faixa salarial representam apenas 35%. Além disso, essa desigualdade social se reflete na falta de apoio por parte de familiares, amigos e outras pessoas, na realização de parcerias empresariais, com fornecedores e até mesmo acionistas. Infelizmente, essas dificuldades estão associadas a uma sociedade permeada pela falta de reconhecimento da importância feminina no ecossistema de negócios empresariais (SERASA EXPERIAN, 2024).

Outro desafio relevante é a sobrecarga de responsabilidades enfrentadas pelas empreendedoras. Elas dedicam mais tempo aos cuidados familiares e às tarefas domésticas do que os homens, o que torna desafiador equilibrar essas obrigações com as demandas de seus negócios (SANTOS e ODERICH, 2021).

Esses desafios têm um impacto direto na autoconfiança e na capacidade das mulheres empreendedoras de alcançarem seus objetivos e aspirações no mundo dos negócios. Portanto, é fulcral abordar essas questões e promover um ambiente mais inclusivo e igualitário para as mulheres no empreendedorismo (PEDEZZI; RODRIGUES, 2020).

2.2.3 Gestão financeira das empreendedoras nas empresas

A gestão financeira é um pilar fundamental para o sucesso das empresas lideradas por empreendedoras. Elas desempenham um papel essencial na tomada de decisões financeiras, garantindo a sustentabilidade e o crescimento do negócio (DEMARCHI, 2015)

Ao gerir as finanças, as empreendedoras devem dedicar atenção especial ao controle de despesas, à projeção de receitas, à análise de investimentos e à administração do capital de giro. É essencial que busquem conhecimento sobre questões tributárias e estejam atentas às oportunidades de financiamento e crédito (ANTONIK, 2019)

A capacidade de planejar, organizar e controlar as finanças permite que as empreendedoras ajam de forma estratégica, enfrentando desafios e aproveitando oportunidades de crescimento. A busca por eficiência operacional, a análise criteriosa de custos e a procura

por fontes de financiamento adequadas são aspectos-chave para alcançar o sucesso financeiro. (WERNKE, 2008)

Além disso, as empreendedoras podem se beneficiar da tecnologia, utilizando ferramentas de gestão financeira para acompanhar o desempenho do negócio em tempo real, facilitando a tomada de decisões embasadas em dados concretos (LOSILLA, 2011)

Em síntese, a gestão financeira eficaz é essencial para que as empresas lideradas por empreendedoras alcancem seus objetivos e prosperem no mercado. Ao dominar esse aspecto fundamental do negócio, elas estão mais preparadas para enfrentar os desafios e colher os frutos do seu trabalho (LOPES, 2017).

2.3 PRINCÍPIO DA ENTIDADE

O Princípio da Entidade reconhece que o Patrimônio é o foco da Contabilidade e destaca a independência patrimonial, a importância de diferenciar um Patrimônio específico entre os vários existentes, independentemente de ser de uma pessoa, um grupo de pessoas, uma empresa ou instituição de qualquer tipo ou finalidade, com ou sem objetivos lucrativos. Nessa perspectiva, o Patrimônio não se mistura com os bens de seus sócios ou proprietários, no caso de uma sociedade ou instituição (BRASIL, 1994).

Os princípios contábeis foram concebidos para orientar a gestão das entidades, e a sua não observância pode levar à descontinuidade das empresas. No entanto, presume-se que, na prática, a aplicação deste princípio seja desafiadora. Diante desse contexto, surge a seguinte indagação: de que forma os empresários atuam para cumprir este princípio? E como a falta de sua observância impacta na organização contábil da empresa?

Possivelmente por falta de conhecimento, o empresário acaba por confundir o patrimônio da empresa com o seu próprio. Essa confusão resulta em informações financeiras irreais para a empresa. Conscientizar o empresário de que a entidade empresarial é distinta da entidade pessoal é um dos grandes desafios do contabilista, especialmente em empresas familiares ou de pequeno porte, onde a administração é conduzida diretamente pelo proprietário do negócio, muitas vezes sem separação clara entre os patrimônios (BATISTA *et al.*, 2023).

2.3.1 Vantagens e desafios no Princípio da Entidade nas organizações

O Princípio da Entidade abrange diretrizes que não apenas abordam aspectos legais da empresa, mas também os aspectos econômicos, organizacionais e sociais. Na esfera econômica, essa norma destaca o patrimônio das empresas e a importância de monitorá-lo tanto qualitativa

quanto quantitativamente, verificando se os investimentos estão gerando os retornos esperados. No âmbito empresarial, são consideradas informações sobre as necessidades de cada departamento da empresa, assim como sua estrutura organizacional. Em relação ao aspecto social, são destacadas as contribuições e benefícios que a empresa oferece à sociedade por meio de suas atividades diárias (SIQUEIRA, 2023).

No entanto, o descumprimento do Princípio da Entidade pode levar a uma gestão inadequada da empresa, comprometendo sua sustentabilidade a longo prazo. Decisões tomadas sem base sólida e dados confiáveis podem resultar não apenas em perdas financeiras imediatas, mas também em impactos mais amplos, como a perda de oportunidades de crescimento e competitividade no mercado (CAVALCANTE; GAMA, 2023).

Além disso, a falta de transparência decorrente do não cumprimento deste princípio pode minar a confiança dos investidores e outras partes interessadas, prejudicando as relações comerciais e dificultando o acesso a recursos financeiros essenciais para o desenvolvimento da empresa. Isso pode criar um ciclo negativo, onde a falta de confiança resulta em uma menor capacidade de atrair investimentos e, consequentemente, em uma maior dificuldade para atender às demandas do mercado e alcançar os objetivos organizacionais (PAZ, 2017).

Em suma, o Princípio da Entidade traz benefícios importantes para as organizações, mas é fundamental segui-lo adequadamente para garantir uma gestão eficiente e sustentável. A transparência e a confiabilidade das informações são essenciais para fortalecer as relações comerciais, atrair investimentos e alcançar os objetivos organizacionais (SILVA; CASTRO, 2013).

2.3.2 Comportamento da Empreendedora e sua influência empresarial no contexto do Princípio da Entidade

No contexto do Princípio da Entidade, o comportamento da empreendedora é determinante. Se ela espelha os valores de transparência, responsabilidade e comprometimento em sua vida pessoal, é provável que os incorpore também em sua empresa. Essa consistência entre vida pessoal e empresarial pode fomentar uma cultura organizacional robusta, embasada em ética e práticas sustentáveis (MINELLO, *et al.*, 2014).

Por outro lado, se a empreendedora não reflete tais comportamentos em sua vida pessoal, é provável que sua empresa também não os adote. Isso pode resultar em falta de integridade e transparência, acarretando desafios operacionais gerando informações espúrias e reputacionais para o negócio (SOUZA *et al.*, 2012).

É fundamental que a empreendedora compreenda a importância de alinhar seus comportamentos pessoais com os valores e princípios que deseja instaurar em sua empresa. Essa harmonização não apenas fortalece a cultura organizacional, mas também contribui para o sucesso duradouro da empresa no mercado (SEBRAE, 2022).

Além disso, o comportamento da empreendedora também pode influenciar a percepção da empresa pelos *stakeholders*, como clientes, fornecedores e investidores. Uma empreendedora que demonstra comprometimento com a ética nos negócios, responsabilidade social e sustentabilidade tende a atrair parceiros e clientes alinhados com esses valores. (KRÜGER; RAMOS, 2020).

Portanto, o comportamento da empreendedora exerce uma influência significativa no contexto do Princípio da Entidade. Ao adotar uma postura ética, responsável e comprometida, ela contribui para a construção de uma cultura organizacional sólida, fortalece a reputação da empresa e promove um ambiente de trabalho saudável e produtivo (BONOTTO, 2019).

2.4 ESTUDOS ANTERIORES

Com base nos estudos anteriores, partindo do tema proposto, o Quadro 1 relaciona alguns estudos utilizados para a construção dessa pesquisa:

Quadro 1 – Estudos Anteriores

Autor	Objetivo	Resultado
Schuster e Friedrich (2017)	Analisar a importância da consultoria empresarial na gestão financeira das micro e pequenas empresas.	Entre as principais dificuldades apresentadas pelas empresas pesquisadas, 70,83% estão concentradas nas dificuldades relacionadas a gestão financeira.
Gonçalves e Ponchio (2018)	Avaliar o efeito do conhecimento financeiro e da orientação para o futuro no nível de segurança financeira pessoal e, adicionalmente, identificar se o conhecimento financeiro é uma variável mediadora da relação entre orientação para o futuro e segurança financeira pessoal.	Os resultados são relevantes para a criação de programas de educação financeira de instituições públicas e privadas, uma vez que demonstram a importância de se conscientizar as pessoas sobre a orientação para o futuro previamente à exposição a conteúdos de educação financeira.
Dias; Silva (2023)	Analisar a execução da educação e gestão financeira nas MPEs	A gestão financeira das MPEs é fragilizada pela falta de conhecimento técnico dos empresários/gestores, pelo reflexo da insuficiente educação financeira pessoal do empresário no seu negócio.

Tavares <i>et al.</i> (2023).	Discutir sobre os principais benefícios do ensino da educação financeira e as consequências que a carência deste tema no cotidiano dos indivíduos acarreta a sociedade como um todo.	Contribuir para expandir o debate acadêmico, visto que relaciona a teoria e engloba o contexto brasileiro com dados de pesquisas recentes sobre a conjuntura nacional.
Bastista <i>et al.</i> (2023)	A pesquisa tem como objetivo verificar, abrangente e criticamente, a relevância do Princípio da Entidade no contexto empresarial	A importância da consciência e aplicação contínua do Princípio da Entidade no campo contábil e empresarial, destacando-se a sua relevância indiscutível para a qualidade das demonstrações financeiras e para a boa governança corporativa. O Princípio permanece um alicerce crucial para a contabilidade e uma peça fundamental no quebra-cabeça da gestão empresarial bem-sucedida, sendo um tópico essencial para a pesquisa e prática contábil.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2024).

De acordo com o Quadro 1, os autores: Tavares *et al.* (2023) e os autores: Gonçalves e Ponchio (2018) revelam como a educação financeira e o conhecimento financeiro tem tomado forma no cotidiano dos indivíduos. Dias; Silva (2023) percebem como a presença da educação financeira faz diferença na gestão das microempresas. Schuster e Friedrich (2017) demonstram a importância de uma consultoria e auxílio de conhecimento referente a gestão financeira para os empresários. Bastista *et al.* (2023) observam que o princípio da entidade é um alicerce para as gestoras administrarem suas finanças pessoais e empresariais.

3 METODOLOGIA

A pesquisa possui caráter descritivo, visto que busca descrever as características e perfil de uma população ou fenômeno, utilizando-se de questionários e observação sistemática como coleta de dados (KULIVELA, 2023).

Quanto a abordagem do problema, revela ser quantitativa, possibilitando a realização das análises estatísticas e mensurações. Este tipo de pesquisa se apoia em instrumentos específicos que são capazes de estabelecer relações e causas, desta forma os resultados podem ser generalizados (WOLFFENBUTTEL, 2023).

Para a realização dos procedimentos, foi aplicado o questionário às empresárias da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC). Os dados analisados resultaram nas hipóteses desta pesquisa.

A população desta pesquisa foi formada por 110 empresárias participantes do Núcleo de Mulheres da ACIC. Deste total, foi utilizada uma amostra de 52 respondentes.

Para a determinação da amostra foi utilizada a seguinte fórmula, citada por Priebe (2018):

$$N = \left(\frac{Z_{\alpha/2}}{e0} \right)^2 p (1-p)$$

Em que, n = tamanho da amostra; p = proporção de elementos favoráveis ao evento; = ordenada da curva normal no nível de confiança $1-\alpha$; $e0$ = margem de erro de p .

Para cálculo da amostra, foi utilizada uma margem de erro de 5% e um nível de confiança de 95%.

Na sequência, apresenta-se o constructo da pesquisa que estruturou o questionário. O questionário possui 36 perguntas, abrangendo 5 dimensões que tiveram como base os autores citados no Quadro 2:

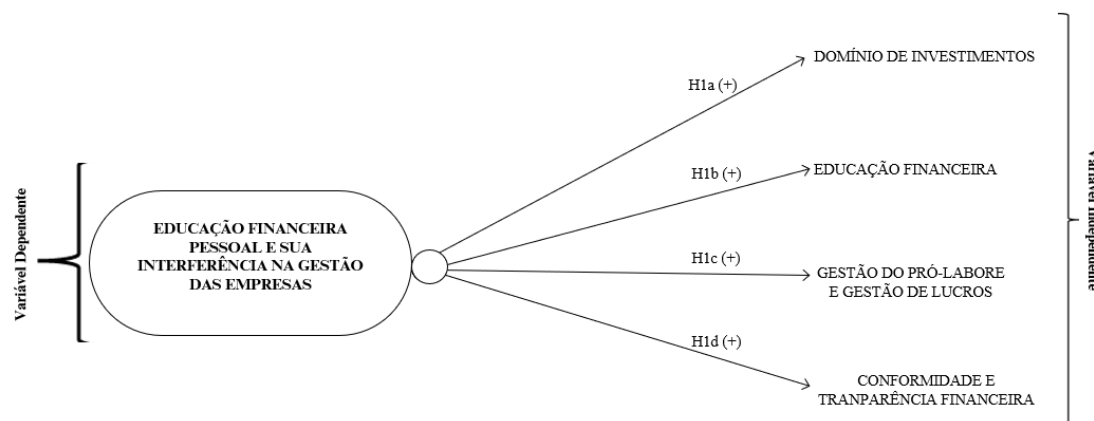
Quadro 2 – Constructo Quantitativo

Análise	Variável	Subvariável	Tipos de questão	Autoria
Perfil da Empreendedora	Motivação para empreender	Q-1, Q-1.1, Q-1.2, Q-1.3, Q-1.4, Q-1.5	Escolha única Escolha Múltipla	Pereira (2023)
Gestão Financeira Pessoal	Eficácia na Gestão Financeira Investimentos	Q-2, Q-2.1, Q-2.2, Q-2.3, Q-2.4, Q-2.5, Q-2.6, Q-2.7, Q-2.8	Escolha única Escolha Múltipla Sim/Não	Brönstrup, Becker (2016)
Pró-Labore	Gestão de Pró-labore	Q-3, Q-3.1, Q-3.2, Q-3.3, Q-3.4, Q-3.5, Q-3.6	Escolha única Escolha Múltipla Sim/Não	Magalhaes, Amaral (2020)
Lucro	Gestão de Lucros	Q-4, Q-4.1, Q-4.2, Q-4.3, Q-4.4, Q-4.5, Q-4.6, Q-4.7	Escolha única	Cavalcante (2018)
Gestão Financeira e Conformidade (Princípio da entidade)	Conformidade Transparência Financeira	Q-5, Q-5.1, Q-5.2, Q-5.3, Q-5.4, Q-5.5, Q-5.6, Q-5.7, Q-5.8, Q-5.9	Escolha única	Silva, Moura, Pinto (2022)

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A coleta de dados deste artigo ocorreu em agosto e setembro de 2024, logo após, os dados foram mensurados e tabulados para o desenvolvimento da análise estatística. Para a realização da coleta, foi utilizado o *Google* Formulários, e sua aplicação ocorreu via presencial e *WhatsApp* no grupo do Núcleo de Mulheres da ACIC. As análises foram realizadas por meio do *software Excel*, com as quais foram apuradas as estatísticas descritivas, sendo elas: Frequência, Média, Moda e Desvio Padrão. A Figura 3, trata do Modelo Teórico da pesquisa, que demonstra como as variáveis do estudo se relacionam entre si:

Figura 3 – Interferência da Educação Financeira Pessoal na Gestão das Empresas Sob a Ótica do Princípio da Entidade com empresárias de Cascavel/PR



Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Na Figura 3, apresentam-se as variáveis independentes que estão elencadas como sendo Domínio de Investimentos, Educação Financeira, Gestão do Pró-Labore e Gestão dos Lucros, Conformidade e Transparência Financeira, os quais, neste estudo, possuem o objetivo de explicar a variável dependente, que é a Educação Financeira Pessoal e sua Interferência na Gestão das Empresas.

Isso posto, abrem-se as hipóteses da pesquisa:

- **H1a:** O domínio sobre investimentos e a diversificação de ativos pessoais aprimoram a gestão empresarial, permitindo uma alocação de recursos mais assertiva do ponto de vista financeiro.
- **H1b:** A clareza na gestão das finanças pessoais e empresariais aumenta a eficácia da educação financeira, resultando em decisões mais fundamentadas e confiáveis.

- **H1c:** Uma gestão clara e adequada do pró-labore garante um equilíbrio saudável entre as finanças pessoais e empresariais.
- **H1d:** A adesão ao Princípio da Entidade fortalece a gestão empresarial ao garantir a separação das finanças pessoais e empresariais, promovendo maior transparência e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresentam-se os dados coletados via questionário, visando responder a pergunta da pesquisa: “Qual a interferência da educação financeira pessoal na gestão das empresas sob a ótica do Princípio da Entidade com empresárias de Cascavel/PR?”.

4.1 PERFIL DAS RESPONDENTES

Essa primeira seção reflete as características das mulheres respondentes, quanto a idade, escolaridade, incentivos para empreender, porte da empresa, faturamento e movimento ou associação em que está inserida. A análise aconteceu de forma quantitativa, por meio da análise de frequência, conforme Quadro 3:

Quadro 3 – Perfil das Respondentes

Perfil das Mulheres	
Faixa etária	Percentual
Menos de 30	17%
30-40 anos	38%
41-50 anos	33%
Mais de 50 anos	12%
Total	100%
Escolaridade	
Escolaridade	Percentual
Ensino Médio	6%
Ensino Superior Completo	31%
Ensino Superior Incompleto	13%
Pós Graduação	50%
Total	100%
Motivo que levou a empreender	
Motivo que levou a empreender	Percentual
Realização Pessoal	29%
Independência financeira	37%
Identificação de uma oportunidade de mercado	33%
Poder estar mais presente na vida do meu filho que é autista	2%

Total	100%
Porte da empresa	Percentual
MEI (Faturamento até R\$81.000,00/ano)	31%
MEI (Mas faturar mais que R\$81.000,00/ano)	12%
Empresa do Simples Nacional	42%
Empresa do Lucro Presumido	4%
Empresa do Lucro Real	12%
Total	100%
Faturamento	Percentual
Até R\$10.000,00	29%
De R\$10.001,00 a R\$20.000,00	12%
De R\$20.001,00 até R\$50.000,00	25%
De 50.001,00 a R\$100.000,00	23%
Mais que R\$100.001,00	10%
Na casa dos Milhões	2%
Total	100%
Movimento/associação	Percentual
Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC)	73%
Associação de Micro e Pequenas Empresas (AMIC)	10%
Câmara das mulheres	2%
Clube Mulher Brilhante	8%
Não	4%
Todos os anteriores	4%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A aplicação da pesquisa foi voltada para mulheres empreendedoras da ACIC, além de outras associações e movimentos. Ao todo, foram entrevistadas, como amostra, 52 respondentes. A maior parte das empreendedoras estão na faixa etária dos 30 aos 40 anos, sendo 50% delas pós-graduadas e com perfil empreendedor que busca conquistar independência financeira. Das 52 respondentes, 42% possuem empresa tributada no regime do Simples Nacional, com média de faturamento mensal de até R\$ 10.000,00.

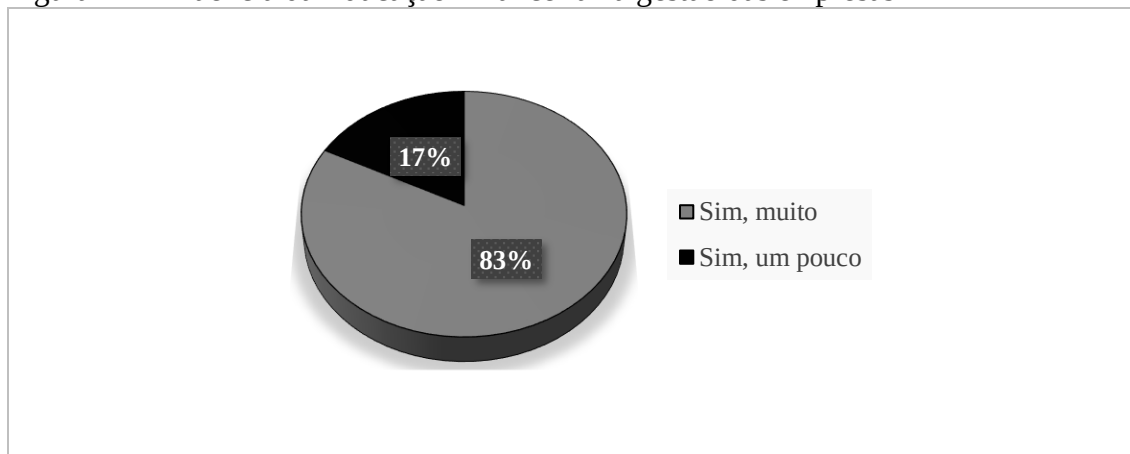
Compreender como funciona o comportamento financeiro pessoal é fundamental para uma administração financeira eficaz e consciente, e isso envolve estabelecer objetivos financeiros, desenvolver um orçamento, avaliar riscos e vantagens antes da tomada de decisões financeiras, assim como buscar informações e oportunidades de aprendizado (MILANI *et al.*, 2023).

A segunda seção identificará este comportamento financeiro pessoal na gestão das empresas.

4.2 GESTÃO FINANCEIRA PESSOAL

A segunda seção reflete a gestão financeira pessoal das mulheres respondentes, quanto aos cursos de Educação Financeira, capacitações, orçamentos e reservas pessoais, conforme Figura 4:

Figura 4 – Influência da Educação Financeira na gestão das empresas



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observa-se que 83% das mulheres indicaram que a Educação Financeira Pessoal influencia na gestão das empresas. Destas, 63% já realizaram mais de um curso sobre o assunto e 54% ainda buscam se atualizar regularmente, sendo este um fator relevante principalmente para tomada de decisões mais assertivas e eficientes, evitando decisões menos eficazes e irracionais, que geram confusão entre contas da pessoa física e jurídica (TAVARES *et al.*, 2023). Além disso, 62% das respondentes afirmaram que realizam seu orçamento pessoal e, com isso, 75% delas conseguem garantir sua reserva pessoal, tendo como base a atitude financeira que é colocar em prática o conhecimento que elas vêm adquirindo (FERREIRA, 2015).

Considerando que a renda das mesmas advém de sua empresa, como pró-labore e distribuição de lucros, a próxima seção desta pesquisa dedica-se a analisar dados relativos a esses pontos.

4.3 PRÓ-LABORE E LUCRO

A terceira seção reflete a definição de pró-labore e retirada de lucros das mulheres respondentes, conforme Quadro 4:

Quadro 4 – Definição de Pró-labore e Retirada de Lucros

Definição de Pró-labore	Percentual
Calculando as despesas totais e definindo um valor justo	31%
Como um percentual das receitas mensais	25%
Considerando as despesas fixas da empresa	19%
Fixo: salário	2%
Retirando conforme a necessidade de pagar despesas pessoais	21%
Valor fixado, com reajuste anual	2%
Total	100%
Retirada de Lucros	Percentual
Não, nunca realizei retirada de lucro	15%
Não, reinvesto todo o lucro na empresa em cada trimestre	19%
Não, retiro conforme a necessidade	29%
Sim, mas de forma esporádica em alguns trimestres	27%
Sim, regularmente a cada trimestre	10%
Total	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Analisa-se que, mesmo com um percentual grande de mulheres que se atualizam e buscam capacitações relacionadas as finanças, 21% delas só retiram pró-labore quando o intuito é o de pagar suas despesas pessoais. Apenas 01 respondente define o pró-labore da maneira correta, como sendo um valor fixo (salário). Aproximadamente 10% das mulheres que dizem ser importante separar o pró-labore dos lucros da empresa nem se quer possuem pró-labore.

Evidencia-se ainda que apenas 10% realizam a distribuição de lucros a cada trimestre, sendo que 15% das respondentes que não monitoram regularmente os indicadores de lucratividade da sua empresa são as mesmas que só fazem a retirada conforme a necessidade. Esta prática de realizar retiradas de lucro somente conforme a necessidade pode ser vantajosa, mas também traz alguns riscos e exige planejamento para evitar impactos negativos: ela ajuda a preservar o capital de giro da empresa, o que é fundamental para sua operação contínua e para o financiamento de investimentos futuros, como melhorias de infraestrutura e expansão de mercado. No entanto, realizar retiradas de lucro de forma irregular e sem planejamento pode desestabilizar o fluxo de caixa, afetando a capacidade de cumprimento com obrigações de curto prazo e dificultando a gestão financeira (PADOVEZE, *et al.*, 2011).

Percebe-se que 62% das respondentes, que na seção 4.2 afirmaram realizar o seu orçamento pessoal, não agem coerentemente ao retirar seus lucros conforme a necessidade ou

até mesmo retirar além do necessário. Não se deve confundir pró-labore com dividendos: as empresárias precisam definir o pró-labore como o valor real do seu trabalho desenvolvido e buscar retiradas trimestrais sem exceder à capacidade de geração de caixa das empresas (MAGALHAES *et al.*, 2020), afinal, segundo Keynes (*apud* BATY, 1994): “O motor que move uma empresa não é a Economia, mas o lucro”.

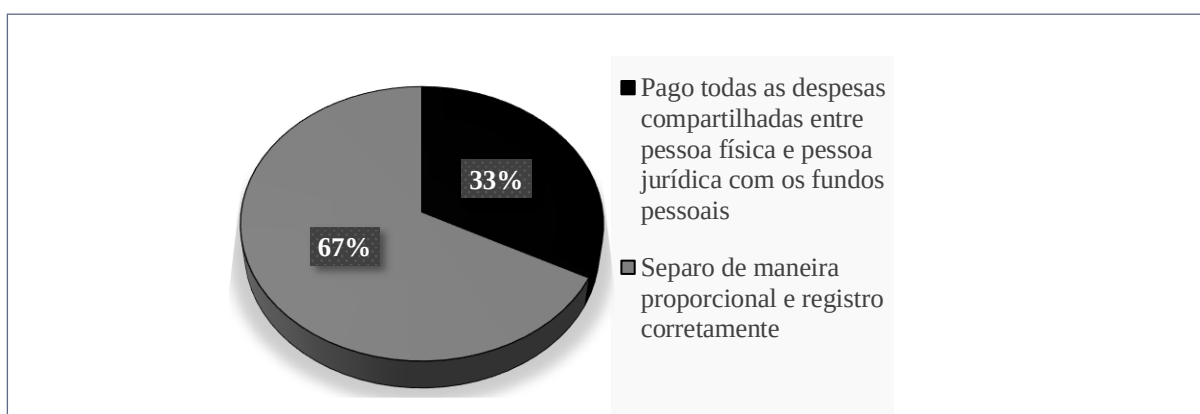
Analisa-se que 46% das mulheres buscam orientação profissional apenas quando sentem necessidade, o que pode ser visto como um hábito perigoso, pois quando decidirem buscar de fato orientação, poderá ser demasiado tarde ou difícil de se reverter a situação. Se, por outro lado, esse mesmo percentual buscasse orientação profissional de forma regular para definir seu pró-labore e gerenciar as finanças da empresa, o cenário seria mais positivo e seguro, pois a falta da gestão financeira e orientação profissional pode acarretar tomadas de decisões financeiras falhas para a empresa (DEMARCHI, 2015).

Mediante tais dados e informações que refletem a importância de uma boa gestão financeira de um negócio, a seguir, apresentam-se os dados relativos ao Princípio da Entidade.

4.4 PRINCÍPIO DA ENTIDADE

A última seção reflete a conformidade com o Princípio da Entidade das mulheres respondentes quanto a separação das contas e despesas pessoais e da empresa, conforme Figura 5:

Figura 5 – Conformidade com o Princípio da Entidade



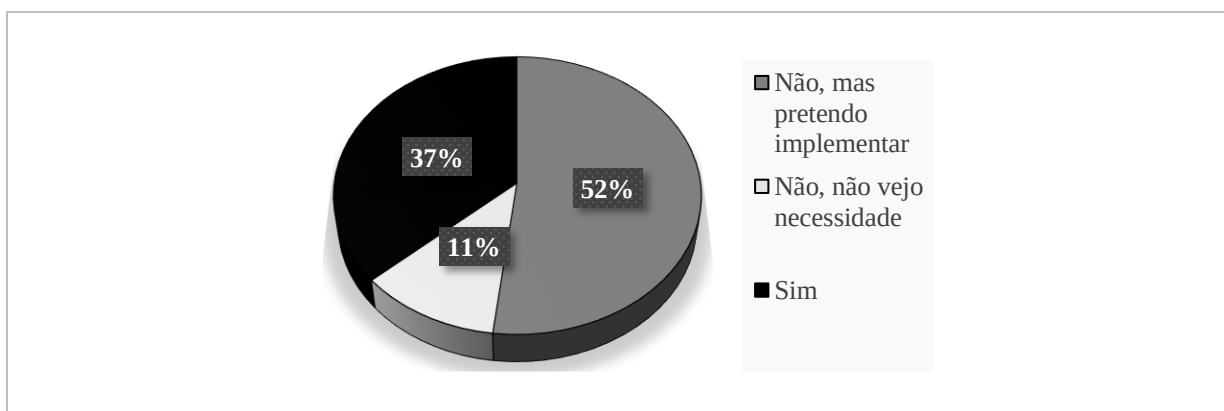
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Ressalta-se que 67% das respondentes que separam as despesas compartilhadas entre a empresa e a vida pessoal são as mesmas que nunca enfrentaram problemas legais ou fiscais

voltados à mistura destas despesas. 33% das respondentes pagam todas as despesas compartilhadas entre pessoa física e pessoa jurídica com os fundos pessoais. 11% das mulheres que retiram dinheiro conforme a necessidade, sem uma estrutura definida, são as mesmas que nunca realizaram uma auditoria interna ou externa para verificar a conformidade com o Princípio da Entidade. O descumprimento deste Princípio pode levar a uma gestão inadequada da empresa, perdas financeiras imediatas, além de perdas de oportunidade de crescimento e competitividade no mercado (CAVALCANTE; GAMA, 2023).

A Figura 6 demonstra o impacto e as consequências que as empresárias podem enfrentar caso não implementem uma política formal documentada para a gestão financeira, respeitando o Princípio da Entidade:

Figura 6 – Política formal documentada em conformidade com o Princípio da Entidade



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Evidencia-se que 52% das respondentes não possuem uma política formal documentada, que é um conjunto de diretrizes e regras que são registradas por escrito, definindo como uma organização deve agir em determinadas situações ou em relação a certos assuntos. Essas políticas são elaboradas para garantir consistência, transparência e conformidade nas operações da organização, para a gestão financeira, respeitando e separando as contas pessoais e da empresa, resultando em 13% delas já terem enfrentado problemas legais ou fiscais devido à mistura das finanças pessoais e empresariais.

Na figura 5, mesmo que 67% delas afirmassem separar as despesas compartilhadas entre a empresa e a vida pessoal e nunca terem enfrentado problemas legais ou fiscais, há controvérsias ao confrontar os dados. A falta de analisar corretamente suas finanças acaba resultando em uma ilusão de que está tudo ocorrendo da forma correta na empresa e na vida pessoal, e a confusão do patrimônio da empresarial com o seu próprio resulta em informações

financeiras irreais, podendo ocasionar a desconsideração da personalidade jurídica (BATISTA *et al.*, 2023; BRASIL, 2002, Art. 50).

Após a rodagem e análise destes dados, percebe-se que as empresárias necessitam implementar a atitude financeira para gestão das empresas, colocando em prática o conhecimento que elas vêm adquirindo, assim como precisam buscar orientações profissionais regularmente para a definição de pró-labore e retirada de lucros e, por fim, adotar uma política formal documentada para garantir sua conformidade com o Princípio da Entidade.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo investigar a interferência da educação financeira pessoal na gestão das empresas sob a ótica do Princípio da Entidade, focando-se nas empresárias de Cascavel/PR. A pesquisa revelou que a falta de separação entre as finanças pessoais e empresariais continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pelas empresárias.

A pesquisa destacou que o nível de educação financeira pessoal das empreendedoras influencia diretamente nas decisões de gestão. As empresárias que demonstram maior conhecimento sobre finanças pessoais são capazes de adotar práticas mais organizadas, estruturando melhor suas empresas e garantindo uma maior sustentabilidade a longo prazo.

A pesquisa revelou que 83% das empresárias reconhecem a importância da educação financeira para a gestão de seus negócios. Entre elas, 63% já participaram de mais de um curso sobre o tema, e 54% buscam atualizações regulares. No entanto, apenas 10% realizam retiradas de lucro de forma estruturada, enquanto 21% retiram pró-labore exclusivamente para cobrir despesas pessoais. Esses dados destacam a necessidade de uma política financeira bem definida, pois a ausência dessa gestão compromete a precisão das demonstrações contábeis e o planejamento estratégico.

As hipóteses deste trabalho foram atendidas, confirmando que a educação financeira impacta a gestão das empresas. As hipóteses A e B se confirmam, pois as empresárias, tendo o domínio de investimentos e diversificação de ativos pessoais, juntamente com a clareza na gestão das finanças pessoais, demonstram a importância da educação financeira pessoal para o aperfeiçoamento dos planejamentos pessoais, visto que boa parte delas buscaram capacitações e cursos voltados para esta área. As hipóteses C e D também se confirmaram, visto que as empresárias afirmaram que a não-gestão clara e adequada de pró-labore e retirada de lucros, juntamente com a não adesão ao Princípio da Entidade, resultam em mistura das contas pessoais com as da empresa, gerando multas legais ou fiscais.

Por fim, esta pesquisa não apenas contribui para o entendimento mais aprofundado da relação entre a educação financeira pessoal e a gestão empresarial, como também lança luz sobre a importância de programas educacionais contínuos que incentivem o desenvolvimento de habilidades financeiras entre empreendedoras. A promoção de uma educação financeira contínua e acessível pode fortalecer a capacidade das empresárias de tomar decisões estratégicas, ampliando as chances de sucesso e longevidade de seus negócios. A implementação dessas iniciativas ajudará a garantir que as empresas possam prosperar em um

ambiente econômico competitivo, respeitando os princípios contábeis, evitando problemas relacionados ao fisco, como a desconsideração da personalidade jurídica por ter confundido o patrimônio da empresa com o seu próprio, minimizando os riscos financeiros e maximizando suas oportunidades de crescimento.

Dessa forma, o presente estudo reforça a importância de uma abordagem integrada, que combine a aplicação correta dos princípios contábeis, como o Princípio da Entidade, com uma educação financeira sólida, preparando as empresárias para enfrentar os desafios do mercado com maior confiança, autonomia e clareza na gestão de seus negócios.

Para pesquisas futuras, sugere-se ampliar o escopo da investigação para incluir outros grupos de empreendedores além das mulheres, como microempreendedores individuais e gestores de empresas de médio porte, explorando as diferenças de impacto da educação financeira nesses contextos. Também seria relevante analisar a efetividade de programas formais de educação financeira implementados em parceria com instituições públicas ou privadas, avaliando seu papel no fortalecimento da prática do Princípio da Entidade e na sustentabilidade dos negócios.

Além disso, recomenda-se aprofundar os estudos sobre os efeitos de longo prazo da separação entre finanças pessoais e empresariais, especialmente em aspectos como crescimento sustentável, inovação organizacional, acesso a crédito e mitigação de riscos legais e fiscais. Essas análises podem oferecer subsídios teóricos e práticos para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de capacitação direcionadas ao fortalecimento da gestão financeira no ambiente empresarial.

6 REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEBRAE DE NOTÍCIAS. Número de donas de negócios chega ao recorde de 10,3 milhões. **ASN**, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/dados/infografico-n-de-donas-de-negocios-chega-ao-recorde-de-103-milhoes/>. Acesso em: 28 out. 2024.

ANSAR, Saniya; KLAPPER, Leora; SINGER, Dorothe. The importance of financial education for the effective use of formal financial services. **Journal of Financial Literacy and Wellbeing**, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 28-46, 2023. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-financial-literacy-and-wellbeing/article/importance-of-financial-education-for-the-effective-use-of-formal-financial-services/3502CEB1A3FC8EA4CA152FA1189012F7>. Acesso em: 28 out. 2024.

ANSILIERO, Graziela; COSTANZI, Rogério Nagamine; CIFUENTES, Ricardo. **Microempreendedor individual (MEI): evolução da legislação, revisão da literatura e temas para o debate**. Rio de Janeiro: Ipea, fev. 2024. 60 p. il. (Texto para Discussão, n. 2971). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/13021/1/TD_2971_web.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ANTONIK, Luis Roberto. **A gestão financeira para micro e pequenas empresas**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://altabooks.com.br/wp-content/uploads/2019/07/capitulo_de_amostra_GFPMPE.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

ARAÚJO, Anderson Lima de; SOBRINHO, Raquel Alves. A importância da educação financeira na formação cidadã dos estudantes da Educação Básica. **Debates em Educação**, Alagoas, v. 16, n. 38, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/15968/11337>. Acesso em: 28 out. 2024.

ARAÚJO, Janine Lourenço de. **Uma abordagem sobre o perfil do microempreendedor Individual na cidade de Uberlândia**. Uberlândia: [s.n.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/36955>. Acesso em: 28 out. 2024.

ASSIS, Carolina Aparecida de. **Interfaces entre educação financeira, gênero e endividamento** – uma análise com base em futuros administradores. Mariana, MG: [s.n.], 2024. Disponível em: https://monografias.ufop.br/bitstream/35400000/6627/3/MONOGRAFIA_InterfacesEduca%3a7%3a3oFinanceira.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

BASTISTA, Saylla Vitória Adorno; LIMA, Mônica de Souza; GAMA, Giliarde Benavinito Albuquerque Calvalcante Virgulino Ribeiro Nascimento e. A relevância do Princípio da Entidade no contexto empresarial: uma revisão bibliográfica. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, [S. l.], v. 9, n. 10, p. 5459–5469, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11941>. Acesso em: 28 out. 2024.

BOLSON, Saionara Branco; DE OLIVEIRA, Lúbia Maria Paiva; VALE, Maria Páscoa do. Empreendedorismo feminino: desafios e conquistas no mundo dos negócios. **Revista de**

Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas, [s.l.], v. 3, n. 02, p. 84-102, 2018. Disponível em:

<https://revistas.editoraenterprising.net/index.php/regmpe/article/view/176/250>. Acesso em: 28 out. 2024.

BORGES, Paula Regis Dias; FILHO, Miguel Pacífico; BORGES, Thelma Pontes. Inadimplência E Alternativas: O Caso dos Cartões de Crédito e o Potencial Transformador Dos Bancos Comunitários. **Informe GEPEC**, Toledo, PR, v. 28, n. 1, p. 520-540. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/32336/22982>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 750, de 6 de janeiro de 1993**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). Brasília, 6 jan. 1993. Disponível em:

<https://www.ufrb.edu.br/cmp/images/documentos/legislacao/Resolucao%20CFC%20n%20750%2093.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 774, de 24 de fevereiro de 1994**. Aprova o Manual de Normas e Procedimentos para a Elaboração de Demonstrações Financeiras. Brasília, 1994.

BRÖNSTRUP, Tatiéli Monique; BECKER, Kalinca Léia. Educação financeira nas escolas: estudo de caso de uma escola privada de ensino fundamental no município de Santa Maria (RS). **Camini: Caminhos da Educação**, São Paulo: v. 8, n. 2, p. 19-44, 2016. Disponível em: <https://seer.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1922>

CARDOSO, Daniel Almeida. **O comportamento e a atitude financeira em famílias de baixa renda**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/26980/3/ComportamentoAtitudeFinanceira.pdf>

CAVALCANTE, Josilâne Santos. **Empreendedorismo feminino**: um estudo sobre o perfil das mulheres empreendedoras informais no município de Solânea-PB. Paraíba: Universidade Federal de Paraíba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15410>. Acesso em: 28 out. 2024.

CHUPEL, Jéssica Fernanda; SOBRAL, Elvio; BARELLA, Lauriano Antonio. A importância da contabilidade para microempreendedor individual. **Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta**, [Alta Floresta]. v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <http://www.refaf.com.br/index.php/refaf/article/view/161>. Acesso em: 28 out. 2024.

CINEGLAGLIA, Maria Natalina *et al.* Desafios do empreendedorismo feminino. **LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades**, [s.l.], v. 5, n. 3, p. 59-76, 2021. Disponível em: <http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/544>. Acesso em: 28 out. 2024.

COSTA, Carlos José Da Silva. *et al.* **MEI-microempreendedor individual**. Cajuru, SP: [s.n.], 2023. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/15309/1/tecnico_em_administra%c3%a7ao_2023_2_carlos_jose_da_silva_costa_mei_microempreendedor_individual.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS **Crédito e Endividamento** – módulo 02. [s.l.], 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/programa-bem-estar-financeiro/programa-bem-estar-financeiro-arquivos/apostila-02.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

_____. **CVM Comportamental: Vieses do Consumidor**, [s.l.]: Comissão de Valores Mobiliários, 2017, v. 3. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/publicacoes-educacionais/cvm-comportamental/volume-3-vieses-do-consumidor.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

_____. **CVM Comportamental: Vieses do Investidor**, [s.l.]: Comissão de Valores Mobiliários, 2015, v. 1. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/publicacoes-educacionais/cvm-comportamental/volume-1-vieses-do-investidor.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

_____. **CVM Comportamental: Vieses do Pougador**, [s.l.]: Comissão de Valores Mobiliários, 2016, v. 2. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/educacional/publicacoes-educacionais/cvm-comportamental/volume-2-vieses-do-poupador.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

FEBRABAN EDUCAÇÃO. O que é educação financeira e porque ela é importante na sua vida. **Meu Bolso em dia**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://meubolsoemdia.com.br/Materias/educacao-financeira>. Acesso em: 28 out. 2024.

FERREIRA, Juliana Cezario. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração**, São Paulo, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/caadm/article/view/33268/25017>. Acesso em: 28 out. 2024.

GONÇALVES, Daniel de Amorim.; LOSILLA, Marcelo. Controladoria Empresarial: gestão financeira em micro e pequenas empresas. **Revista Hórus**, [S. l.], v. 6, n. 02, p. 01–17, 2022. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/revistahorus/article/view/1013>. Acesso em: 28 out. 2024.

GONÇALVES, Virgínia Nicolau; PONCHIO, Mateus Canniatti. Quem Pensa No Futuro Poupa Mais? O Papel Mediador Do Conhecimento Financeiro Na Relação Entre Orientação Para O Futuro E Segurança Financeira Pessoal. **REMark – Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 17, n. 4, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12450>. Acesso em: 31 out. 2024.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e Devagar**: duas formas de pensar. São Paulo: Editora Objetiva, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Acer/Downloads/kahneman-daniel-rapido-e-devagar-duas-formas-de-pensar.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

KAISER, Tim; LUSARDI, Annamaria. Financial literacy and financial education: An overview. **NBER**, Cambridge, MA, 2024. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w32355>. Acesso em: 28 out. 2024.

LIMA, Felipe Bruno Cordeiro Dos Santos. Como A Educação Financeira Pode Auxiliar Na Redução Do Endividamento Do Orçamento Familiar Dos Brasileiros. **Revista ft**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/como-a-educacao-financeira-pode-auxiliar-na-reducao-do-endividamento-do-orcamento-familiar-dos-brasileiros/#:~:text=A%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%20tem%20como,qual%20foram%20tomadas%20em%20tempos>. Acesso em: 28 out. 2024.

MAGALHÃES, Gustavo Ferreira de; AMARAL, Ana Clara Fonseca do; RODRIGUES, Cleyde Cristina. Impactos no fluxo de caixa empresarial com relação a retiradas monetárias superiores ao valor do pró-labore. **Scientia Generalis**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 66-76, 2020. Disponível em: <https://www.scienciageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/27>. Acesso em: 28 out. 2024.

MATOS, Fabienne Mara Ferreira. **Alfabetização financeira e bem-estar financeiro no ambiente de trabalho**: mensuração e avaliação na Universidade Federal de Itajubá. Itajubá: [s.n.], 2024. Disponível em: https://repositorio.unifei.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/4014/Disserta%C3%A7%C3%A3o_2024041.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 out. 2024.

MINELLO, Ítalo Fernando; SCHERER, Isabel Bohrer; RAMOS, José Luis Gonçalves. A Perspectiva Da Aprendizagem Empreendedora Diante Do Insucesso Empresarial. In XVII SEMEAD, [Santa Maria, RS]. **Seminário**. [Santa Maria, RS]: Seminário de Administração, 2014. Disponível em: <https://sistema.semead.com.br/17semead/resultado/trabalhosPDF/831.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

MOTTA, Vitor Garcia. *et al.* Características do Endividamento no Cartão de Crédito dos Estudantes da Universidade Estadual de Maringá. **International Journal of Professional Business Review**, Miami, v. 9, n. 4, p. e04553-e04553, 2024. Disponível em: <https://www.openacessojs.com/JBReview/article/view/4553/1782>. Acesso em: 28 out. 2024.

NERI, Marcelo Côrtes; CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. **Mercado de trabalho nos anos 90**: fatos estilizados e interpretações. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/artigos/Textos_Discus/Mercado%20de%20Trabalho%20nos%20Anos%2090%20Fatos%20Estilizados%20e%20Interpretacoes.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

OLIVEIRA, Matheus de Freitas. *et al.* **Planejamento financeiro pessoal**: um levantamento com estudantes dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas-FACE/UFGD. [S.l.], 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/3530>. Acesso em: 28 out. 2024.

PADOVEZE, Clóvis Luís; FREZATTI, Fábio; BENEDICTO, Gideon Carvalho de. A decisão de distribuição de lucros. **SciELO Brasil**, São Paulo, 2011. Disponível em: [SciELO - Brasil - A decisão de distribuição de lucros A decisão de distribuição de lucros](https://scielo.br/pdb/pt-br/abstract/S1678-31662011000100001). Acesso em: 31 out. 2024.

PALERMO, Luiza. Dívidas em contas de serviços básicos batem recorde, **CNN**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/dividas-em->

[contas-de-servicos-basicos-batem-recorde-veja-como-se-organizar-e-evitar-cortes-no-fornecimento/](#). Acesso em: 28 out. 2024.

PEDEZZI, Bruna; RODRIGUES, Lilian Segnini. Desafios do empreendedorismo feminino: um levantamento com mulheres empreendedoras. **Revista Interface Tecnológica**, [s.l.], v. 17, n. 2, p. 398-410, 2020. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/863>. Acesso em: 28 out. 2024.

PEREIRA, Isabella. Há diferença no comportamento financeiro entre homens e mulheres?. **Gov.br**, [s.l.], 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/penso-logo-invisto/ha-diferenca-no-comportamento-financeiro-entre-homens-e-mulheres>. Acesso em: 28 out. 2024.

REDAÇÃO BRASILPREV. Finanças Comportamentais: O que diz essa teoria?. **Blog Brasilprev**, [São Paulo], 2022. Disponível em: <https://blog.brasilprev.com.br/emocoes-e-decisoes-financeiras>. Acesso em: 28 out. 2024.

RIVA, Gabriel. Por que as mulheres gastam mais que os homens?. **Uol**, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/mais/pagbank/2024/03/08/por-que-achamos-que-as-mulheres-gastam-mais-que-os-homens.htm>. Acesso em: 28 out. 2024.

SANTIN, Karla. Paranaenses foram os mais endividados do país em 2023. **Fecomércio PR**, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.fecomerciopr.com.br/sala-de-imprensa/noticia/peic2023/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SANTOS, Evellen dos Santos Antunes dos; ODERICH, Cecília Oderich Leão. Gestão do Tempo: Estudo com mulheres empreendedoras. **Revista Gestão e Organizações**, [s.l.], v. 6, n. 4, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/rgo/article/view/5410>. Acesso em: 31 out. 2024.

SATO, Márcia Miki. **Crítica à racionalidade perfeita dos indivíduos**: as perspectivas distintas de Herbert Simon e Daniel Kahneman. São Paulo: [s.n.], 2021. Disponível em: https://repositorio.usp.br/directbitstream/d3fa48ce-2f15-41dd-b6ec-dfad1912df3a/Marcia_Sato_Monografia.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

SCHMITZ, Leonardo Rafael; PIOVESAN, Jaíne Ionara; BRAUM, Loreni Maria dos Santos. Finanças pessoais: percepções sobre a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro. **Brazilian Journal of Business**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 724-746, 2021. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/admin,+art.+043+BJB%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/admin,+art.+043+BJB%20(4).pdf). Acesso em: 28 out. 2024.

SCHUSTER, Wagner Eduardo; FRIEDRICH, Marcos Paulo Albarello. A Importância da Consultoria Empresarial na Gestão Financeira das Micros e Pequenas Empresas. **Revista de Administração IMED**, Passo Fundo, v. 7, n. 2, p. 183-205, 2017. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/48317/a-importancia-da-consultoria-empresarial-na-gestao-financeira-das-micros-e-pequenas-empresas-/i/pt-br>. Acesso em: 31 out. 2024.

SEBRAE. Microempreendedor Individual (MEI): saiba tudo sobre o assunto. **SEBRAE**, [s.l.], 2021. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ma/artigos/microempreendedor-individual-mei->

[saiba-tudo-sobre-o-assunto,2eebc30aac15d710VgnVCM100000d701210aRCRD](https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mulher-mei-somos-fortes-somos-empendedoras,d035f883f14a6810VgnVCM1000001b00320aRCRD). Acesso em: 28 out. 2024.

_____. Mulher MEI: somos fortes, somos empreendedoras. **SEBRAE**, [s.l.], 2023. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mulher-mei-somos-fortes-somos-empendedoras,d035f883f14a6810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 28 out. 2024.

_____. Empreendedorismo Feminino no Brasil: Desafios e o Sebrae Delas. **SEBRAE**, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ba/empreendedorismo-feminino-no-brasil-desafios-e-o-sebrae-delas,811d29c0c96cd810VgnVCM1000001b00320aRCRD>. Acesso em: 28 out. 2024.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Paraná: mais de 1,6 milhão de MEIs, micro e pequenas empresas podem se beneficiar do Acredita. **Gov.br**, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias-regionalizadas/acredita/parana-mais-de-1-6-milhao-de-meis-micro-e-pequenas-empresas-podem-se-beneficiar-do-acredita>. Acesso em: 28 out. 2024.

SERASA EXPERIAN. Empreendedorismo feminino no Brasil: o que é e cenário atual. **Serasa Experian**, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/impulsiona/divulgacao-marketing/empreendedorismo-feminino-no-brasil-o-que-e-e-cenario-atual/>. Acesso em: 28 out. 2024.

SERASA. Mapa de Inadimplência e Renegociação de Dívidas. **Serasa**, [s.l.], 2024. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2F9dfaed005e5745798c70c400a4ee1ba6?alt=media&token=1042f728-a6e6-46e2-b4cf-15e0b16ba037&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 28 out. 2024.

SHANAVA, Zviad; VANISHVILI, Merab. Financial education of the nation: challenges and perspectives. **International Journal of Social Science and Economic Research**, [s.l.], v. 6, n. 12, p. 4646-4672, 2021. Disponível em: https://ijsser.org/2021files/ijsser_06_322.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Danyela Pereira da. **Gestão Financeira em tempos de Crise**: Um estudo de caso das microempresas. [S.l.]: Instituto Federal Goiano, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/3251>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Juliana Soares da. *et al.* Empreendedorismo feminino no Brasil: teorias, políticas e tendências. **Cadernos de gestão e empreendedorismo**, [Campo Grande], v. 6, n. 3, p. 30-46, 2018. Disponível: <https://pdfs.semanticscholar.org/d585/4bc587659ab7afcf770ba5ede61fa2b865a.pdf>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Micaela Matos da; CARNEIRO, Rogerio dos Santos; CARNEIRO, Raylson dos Santos. Uma Perspectiva Da Educação Financeira Na Educação De Jovens E Adultos Em Escolas Estaduais De Araguaína/To. **Revista Educação Matemática Em Foco**, [Tocantins],

v. 12, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REM/article/view/2634/2284>. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVA, Rafaela Camila Gomes da; MELO, Antonina Camila Silva de; AZEVEDO, Laís Paula Medeiros Campos. Educação Financeira Nas Escolas: Um Estudo A Partir Da BNCC. In IX Congresso Nacional de Educação. **Conedu**. [S.l.]: Educação Matemática, v. 2, 2023. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/ebooks/conedu/2023/GT13/TRABALHO_COMPLETO_EV185_MD5_ID8963_TB2636_19112023215143.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

SILVEIRA, Amélia; GOUVÊA, Anna Beatriz Cautela Tvrzka de. Empreendedorismo feminino: mulheres gerentes de empresas. **Revista de Administração FACES Journal**, [s.l.], 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/Acer/Downloads/127-Texto%20do%20Artigo-130-1-10-20110808%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Acer/Downloads/127-Texto%20do%20Artigo-130-1-10-20110808%20(4).pdf). Acesso em: 28 out. 2024.

TAVARES, Fernanda Beatryz Rolim. *et al.* Teoria das Finanças Comportamentais e Educação Financeira: um ensaio teórico no contexto brasileiro. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 4062-4081, 2023. Disponível em: <efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao-5/4187-rci-financascomportamentais-122020/file>. Acesso em: 28 out. 2024.

TEIXEIRA, Cristiane Martins. *et al.* Empreendedorismo Feminino. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, [s.l.], v. 6, n. 3, p. 151-171, 2021. Disponível em: <https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/473/523>. Acesso em: 28 out. 2024.

TEIXEIRA, Rivanda Meira; BOMFIM, Lea Cristina Silva. Empreendedorismo feminino e os desafios enfrentados pelas empreendedoras para conciliar os conflitos trabalho e família: estudo de casos múltiplos em agências de viagens. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, [s.l.], v. 10, p. 44-64, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/gMZSnDRNmR7N5PpZLsmSvsw/>. Acesso em: 28 out. 2024.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina Rolim. Pesquisa qualitativa e quantitativa: compreendendo as abordagens e construindo possíveis combinações. **Conhecimento e divulgação científica: Investigação e transformação para popularização da ciência**. Rio de Janeiro: Editora e-Publicar, v. 1, p. 39-53, 2023. Disponível em: <https://editorapublicar.com.br/ojs/index.php/publicacoes/article/view/165>. Acesso em: 28 out. 2024.

7 ANEXOS

ANEXO I – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

QUESTIONÁRIO – FATORES CONTINGENCIAIS QUE INFLUENCIAM A INTERFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA PESSOAL NA GESTÃO DAS EMPRESAS SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE COM EMPRESÁRIAS DE CASCAVEL/PR.

Perfil da Empreendedora

1. Qual é a sua faixa etária?
 - a) Menos de 30 anos.
 - b) 30-40 anos.
 - c) 41-50 anos.
 - d) Mais de 50 anos.

2. Qual é o seu nível de escolaridade?
 - a) Ensino Médio.
 - b) Ensino Superior incompleto.
 - c) Ensino Superior completo.
 - d) Pós-graduação.

3. Qual é o principal motivo que a levou a empreender?
 - a) Realização pessoal.
 - b) Independência financeira.
 - c) Identificação de uma oportunidade de mercado.
 - d) Outro: _____.

4. Qual o porte da sua empresa?
 - a) MEI (Faturamento até R\$81.000,00/ano).
 - b) MEI (Mas faturou mais que R\$81.000,00/ano).
 - c) Empresa do Simples Nacional.
 - d) Empresa do Lucro Real.
 - e) Empresa do Lucro Presumido.

5. Qual é a média de faturamento da sua empresa?
 - a) Até R\$10.000,00.

- b) De R\$10.001,00 a R\$20.000,00.
- c) De R\$20.001,00 até R\$50.000,00.
- d) De 50.001,00 a R\$100.000,00.
- e) Mais que R\$100.001,00.
- f) Na casa dos Milhões.

6. Participa de algum movimento/associação?

- a) Associação Comercial e Industrial de Cascavel (ACIC).
- b) Associação de Micro e Pequenas Empresas (AMIC).
- c) Clube Mulher Brilhante.
- d) Outro.

Gestão Financeira Pessoal

1. Você já participou de cursos de educação financeira?

- a) Sim, mais de um.
- b) Sim, apenas um.
- c) Não.

2. Com que frequência você busca se atualizar sobre educação financeira?

- a) Regularmente.
- b) Ocasionalmente.
- c) Raramente.
- d) Nunca.

3. Você acredita que a educação financeira pessoal influencia na gestão da sua empresa?

- a) Sim, muito.
- b) Sim, um pouco.
- c) Não.

4. Quais aspectos da educação financeira você considera mais importantes para a gestão pessoal?

- a) Controle de gastos.

- b) Planejamento Financeiro.
- c) Gestão de dívidas.
- d) Outro: _____.

5. Você costuma fazer seu orçamento pessoal?

- a) Sim;
- b) Não.
- c) Às vezes.

6. Você possui algum desses investimentos em renda fixa?

- a) Certificado de Depósito Bancário (CDB).
- b) Títulos do Tesouro Nacional.
- c) Letra de Crédito Imobiliário (LCI).
- d) Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).
- e) Poupança.

7. Você investe em renda variável? (Marque todas as opções).

- a) Ações.
- b) Fundos imobiliários.
- c) Fundos de investimentos.
- d) Criptomoeda.

8. Você tem o hábito de investir mensalmente?

- a) Não.
- b) Sim.
- c) Quase sempre.

9. Você possui reserva financeira pessoal?

- a) Não.
- b) Sim.

Pró-Labore

1. Você já estabeleceu um pró-labore para remunerar seu trabalho na empresa?
 - a) Sim.
 - b) Não.
 - c) Não tenho certeza do que é pró-labore.

2. Como você define o valor do pró-labore (remuneração que os sócios recebem pelo trabalho que desempenham na empresa) retirado da empresa?
 - a) Como um percentual das receitas mensais.
 - b) Considerando as despesas fixas da empresa.
 - c) Calculando as despesas totais e definindo um valor justo.
 - d) Retiro conforme vou precisando para pagar as despesas pessoais.
 - e) Outra forma (por favor, especifique): _____.

3. Qual é o valor do pró-labore que você recebe mensalmente na empresa?
 - a) Até R\$ 1.412,00 (1 salário-mínimo).
 - b) De R\$ 1.413,00 a R\$ 2.824,00 (1 a 2 salários-mínimos).
 - c) De R\$ 2.825,00 a R\$ 4.236,00 (2 a 3 salários-mínimos).
 - d) De R\$ 4.237,00 a R\$ 7.060,00 (3 a 5 salários-mínimos).
 - e) Mais de R\$ 7.060,00 (mais de 5 salários-mínimos).
 - f) Não recebo pró-labore.

4. Você acredita que é importante separar o pró-labore dos lucros da empresa?
 - a) Sim, para garantir uma remuneração justa pelo trabalho realizado.
 - b) Não, pois os lucros já contemplam a remuneração do empreendedor.
 - c) Não tenho certeza.

5. Quais fatores influenciam sua decisão ao definir o valor do pró-labore?
 - a) Necessidades pessoais e familiares.
 - b) Desempenho financeiro da empresa.
 - c) Comparação com salários de mercado.
 - d) Outros (por favor, especifique): _____.

6. Qual a importância do pró-labore para você como empreendedora?

- a) Principal fonte de renda pessoal.
- b) Forma de reconhecimento pelo trabalho realizado.
- c) Estratégia para manter equilíbrio financeiro entre vida pessoal e empresarial.

7. Você busca orientação profissional para definir o pró-labore e gerenciar as finanças da empresa?

- a) Sim, regularmente.
- b) Às vezes, quando necessário.
- c) Não, prefiro tomar as decisões sozinha.

Lucro

1. Como você define o lucro da sua empresa?

- a) Diferença entre receitas e despesas totais.
- b) Valor restante após o pagamento de impostos.
- c) Outra definição (por favor, especifique): _____.

2. Qual é a sua principal estratégia para aumentar o lucro da empresa?

- a) Aumentar as vendas de produtos/serviços.
- b) Reduzir custos operacionais.
- c) Diversificar os produtos/serviços oferecidos.
- d) Outra estratégia (por favor, descreva): _____.

3. Qual é a média de lucros da sua empresa?

- a) Até R\$10.000,00.
- b) De R\$10.001,00 a R\$20.000,00.
- c) De R\$20.000,01 até R\$50.000,00.
- d) De R\$50.000,01 a R\$100.000,00.
- e) Mais que R\$100.000,00.
- d) Na casa dos Milhões.

4. Você realiza retirada de lucro da empresa a cada trimestre?

- a) Sim, regularmente a cada trimestre.

- b) Sim, mas de forma esporádica em alguns trimestres.
 - c) Não, nunca realizei retirada de lucro.
 - d) Não, reinvesto todo o lucro na empresa em cada trimestre.
 - e) Não, retiro conforme a necessidade.
5. Qual a sua opinião sobre reinvestir parte dos lucros na empresa?
- a) Concordo, é essencial para o crescimento e sustentabilidade do negócio.
 - b) Discordo, os lucros devem ser integralmente destinados à remuneração do sócio.
 - c) Não tenho certeza.
6. Como você costuma reinvestir parte do lucro obtido?
- a) Em *marketing* e publicidade.
 - b) Em melhorias na infraestrutura do negócio.
 - c) Em capacitação profissional ou treinamentos.
 - d) Outros investimentos (por favor, mencione): _____.
7. Qual é a importância do lucro para você?
- a) Indicativo de sucesso e crescimento do negócio.
 - b) Fonte de segurança financeira pessoal.
 - c) Oportunidade de expandir ou diversificar a empresa.
 - d) Riqueza e demonstração de status.
8. Você monitora regularmente os indicadores de lucratividade do seu negócio?
- a) Sim, mensalmente ou trimestralmente.
 - b) Não com frequência, apenas ocasionalmente.
 - c) Não tenho certeza quais indicadores acompanhar.
 - d) Não faço ideia do que sejam esses indicadores.

Gestão Financeira e Conformidade (Princípio da Entidade) - Separação das contas e despesas pessoais e da empresa

1. Você mantém registros financeiros separados para suas finanças pessoais e empresariais?
- a) Sim, sempre.

- b) Às vezes.
- c) Não, utilizo as mesmas contas para ambos.
2. Você utiliza uma conta bancária separada para as transações da empresa?
- a) Sim.
- b) Não.
- c) Pretendo fazer isso em breve.
3. Você registra todas as despesas e receitas da empresa de forma separada das suas despesas pessoais?
- a) Sim, todas as transações são registradas separadamente.
- b) Às vezes misturo as transações.
- c) Não, não faço essa separação.
4. Como você gerencia as retiradas de dinheiro da empresa para uso pessoal?
- a) Utilizo um pró-labore definido e realizo a retirada de lucros trimestralmente.
- b) Faço apenas a retirada do pró-labore.
- c) Utilizo um pró-labore definido, mas a retirada de lucros é conforme a necessidade, sem regras específicas.
- d) Retiro dinheiro conforme a necessidade sem uma estrutura definida.
5. Você consulta um contador para garantir a conformidade?
- a) Sim, regularmente.
- b) Às vezes.
- c) Não, gerencio tudo sozinho(a).
6. Você utiliza algum *software* ou ferramenta específica para gerenciar as finanças da sua empresa?
- a) Sim, uso *software* de contabilidade ou de gestão financeira.
- b) Tenho serviços financeiros terceirizados.
- c) Não tenho serviços terceirizados, mas pretendo contratar.
- d) Não, uso planilhas manuais.
- e) Não, não uso nenhuma ferramenta específica.



7. Como você lida com as despesas compartilhadas entre a empresa e a vida pessoal?

- a) Separo de maneira proporcional e registro corretamente.
- b) Pago todas as despesas compartilhadas entre pessoa física e pessoa jurídica com os fundos pessoais.
- c) Pago todas as despesas compartilhadas entre pessoa física e pessoa jurídica com os fundos da empresa.

8. Você realiza auditorias internas ou externas para verificar a conformidade com o princípio da entidade?

- a) Sim, regularmente.
- b) Apenas quando necessário.
- c) Não, nunca realizei uma auditoria.

9. Você possui uma política formal documentada para a gestão financeira, respeitando e separando as contas pessoais e da empresa?

- a) Sim.
- b) Não, mas pretendo implementar.
- c) Não, não vejo necessidade.

10. Você já enfrentou problemas legais ou fiscais devido à mistura das finanças pessoais e empresariais?

- a) Não, nunca.
- b) Sim, uma vez.
- c) Sim, mais de uma vez.